

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

2021

**NOTAS
EXPLICATIVAS**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Procurador-Geral da República

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Vice-Procurador-Geral da República

HUMBERTO JACQUES DE MEDEIROS

Secretária-Geral do MPU

ELIANA PÉRES TORELLY DE CARVALHO

Secretário-Geral Adjunto do MPU

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO

Secretária de Planejamento, Orçamento e Contabilidade

IONARA OLIVEIRA CARDOSO OLIVEIRA CRUZ

Secretária de Planejamento, Orçamento e Contabilidade Adjunta

PATRÍCIA MIDORI TAYAMITI

Subsecretário de Contabilidade

ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO

EQUIPE TÉCNICA

Iuri Euclides da Silva – Chefe da Divisão de Análise Contábil

Sebastião Pereira dos Santos – Chefe da Divisão de Normas e Procedimentos Contábeis

Adrieno Reginaldo Silva

Paulo Patrocínio de Souza



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO 2021

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MPU (DCONs), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

BRASÍLIA – DF
2022

LISTA DE SIGLAS

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CP	Curto Prazo
DCONs	Demonstrações Contábeis do Ministério Público da União
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPF	Ministério Público Federal
MPM	Ministério Público Militar
MPT	Ministério Público do Trabalho
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NExp	Nota Explicativa
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCP	Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PGR	Procuradoria-Geral da República
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SUBCON	Subsecretaria de Contabilidade
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de Unidades do MPU - Por Unidade Orçamentária	12
Tabela 2 - Créditos a Curto Prazo - Composição	21
Tabela 3 - Imobilizado - Composição	23
Tabela 4 - Bens Móveis - 2021 e 2020.....	23
Tabela 5 - Bens de Uso Especial - 2021 e 2020.....	24
Tabela 6 - Intangível - Composição	25
Tabela 7 - <i>Softwares</i> - 2021 e 2020.....	26
Tabela 8 - Pessoal a Pagar - Composição	26
Tabela 9 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Contratante.....	27
Tabela 10 - Garantias e Contragarantias Recebidas.....	28
Tabela 11 - Obrigações Contratuais - Composição.....	29
Tabela 12 - Cálculo do Superávit Financeiro - 2021 e 2020.....	30
Tabela 13 - Reavaliação de Bens Imóveis no SPIUnet.....	34
Tabela 14 - Registro de Bens Imóveis no SPIUnet.....	35
Tabela 15 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição	36
Tabela 16 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais - Composição	37
Tabela 17 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais - 2021 e 2020	37
Tabela 18 - Benefícios a Pessoal - Composição	38
Tabela 19 - Benefícios a Pessoal - 2021 e 2020.....	38
Tabela 20 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Composição.....	39
Tabela 21 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - 2021 e 2020.....	39
Tabela 22 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Composição.....	40
Tabela 23 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - 2021 e 2020.....	40
Tabela 24 - Transferências Intragovernamentais - Composição	41
Tabela 25 - Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas	43
Tabela 26 - Histórico da Composição do Estoque de Restos a Pagar.....	51
Tabela 27 - Estoque de Restos a Pagar em 31/12/2021	52
Tabela 28 - Estoque de Restos a Pagar - Composição - Por Ano	53
Tabela 29 - Arrecadação Bruta x Arrecadação Líquida - Por Grupos de Fontes de Recursos	55

Tabela 30 - Execução da Despesa Orçamentária - Por Grupos de Fontes de Recursos.....	55
Tabela 31 - Resultado Financeiro em 31/12/2021	58
Tabela 32 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Formação	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa	20
Gráfico 2 - Créditos a Longo Prazo	22
Gráfico 3 - Fornecedores e Contas a Pagar por Contratante	27
Gráfico 4 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.....	33
Gráfico 5 - Diversas VPD	43
Gráfico 6 - Execução Orçamentária da Receita	48
Gráfico 7 - Execução Orçamentária da Despesa	49
Gráfico 8 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados	52
Gráfico 9 - Pagamento dos Restos a Pagar Processados	56
Gráfico 10 - Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS	13
2.1 – Base de Preparação das Demonstrações Contábeis	13
2.2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	13
2.3 – Conformidade Contábil das DCONs	16
3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.	16
3.1 – Balanço Patrimonial.....	17
3.1.1. <i>Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....</i>	<i>20</i>
3.1.2. <i>Nota 02 – Créditos a Curto Prazo</i>	<i>21</i>
3.1.3. <i>Nota 03 – Créditos a Longo Prazo</i>	<i>22</i>
3.1.4. <i>Nota 04 – Imobilizado.....</i>	<i>22</i>
3.1.5. <i>Nota 05 – Intangível.....</i>	<i>25</i>
3.1.6 <i>Nota 06 – Pessoal a Pagar</i>	<i>26</i>
3.1.7. <i>Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar.....</i>	<i>26</i>
3.1.8. <i>Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo</i>	<i>28</i>
3.1.9. <i>Nota 09 – Atos Potenciais Ativos.....</i>	<i>28</i>
3.1.10. <i>Nota 10 – Atos Potenciais Passivos</i>	<i>29</i>
3.1.11. <i>Nota 11 – Superávit/Déficit Financeiro.....</i>	<i>30</i>
3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais.....	31
3.2.1. <i>Nota 12 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</i>	<i>33</i>
3.2.2. <i>Nota 13 – Reavaliação de Ativos</i>	<i>33</i>
3.2.3. <i>Nota 14 – Ganhos com Incorporação de Ativos</i>	<i>35</i>
3.2.4. <i>Nota 15 – Ganhos com Desincorporação de Passivos</i>	<i>35</i>
3.2.5. <i>Nota 16 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas.....</i>	<i>36</i>
3.2.6. <i>Nota 17 – Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais</i>	<i>36</i>
3.2.7. <i>Nota 18 – Benefícios a Pessoal.....</i>	<i>37</i>
3.2.8. <i>Nota 19 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i>	<i>38</i>
3.2.9. <i>Nota 20 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</i>	<i>39</i>
3.2.10. <i>Nota 21 – Transferências Intragovernamentais</i>	<i>41</i>

3.2.11. Nota 22 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas..	41
3.2.12. Nota 23 – Incorporação de Passivos	41
3.2.13. Nota 24 – Desincorporação de Ativos	42
3.2.14. Nota 25 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	42
3.2.15. Nota 26 – Resultado Patrimonial.....	43
3.3 – Balanço Orçamentário	44
3.3.1. Nota 27 – Execução Orçamentária da Receita.....	48
3.3.2. Nota 28 – Execução Orçamentária da Despesa	48
3.3.3. Nota 29 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar.....	50
3.4 – Balanço Financeiro	53
3.4.1. Nota 30 – Receita Orçamentária	55
3.4.2. Nota 31 – Despesa Orçamentária.....	55
3.4.3. Nota 32 – Pagamento de Restos a Pagar	56
3.4.4. Nota 33 – Resultado Financeiro	57
3.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	58
3.5.1. Nota 34 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	60
3.6 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	61

INTRODUÇÃO

As Demonstrações Contábeis do MPU (DCONs) contemplam a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Por sua vez, as notas explicativas, parte integrante das DCONs, são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas constantes das demonstrações contábeis, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

A análise das DCONs e a elaboração das notas explicativas são realizadas pela Subsecretaria de Contabilidade - SUBCON/SPOC/SG/PGR, em observância ao disposto no art. 18 da Lei nº 10.180/2001, no art. 8º da Lei nº 12.527/2011, no quadro da Portaria PGR/MPU nº 154/2020, em orientações do Tribunal de Contas da União e do Órgão Central de Contabilidade da União, bem como nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

No decorrer do exercício financeiro, a SUBCON acompanhou e orientou as operações de contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de pessoal efetuadas no Siafi, pelo MPF, MPT, MPM, MPDFT e ESMPU, de modo a garantir a consistência das informações sobre os resultados alcançados e sobre os aspectos de confiabilidade e fidedignidade dos registros nas demonstrações financeiras das unidades gestoras do MPU.

Em decorrência dessas ações de acompanhamento e orientação, expediram-se informações, orientações e diligências contábeis. Além disso, efetuaram-se, aproximadamente, 2.400 atendimentos, na sua maioria em tempo real, para prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações, no âmbito do Ministério Público da União, quanto aos registros dos atos e fatos da gestão administrativa.

Após o encerramento do exercício de 2021, foi encaminhada ao Órgão Central de Contabilidade da União a declaração plena do órgão Ministério Público da União, visto que as demonstrações contábeis, constantes do Siafi, refletiam nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do MPU.

Sobre as notas explicativas, cabe destacar as seguintes informações.

Em 2021, as despesas orçamentárias, tanto as empenhadas quanto as pagas, tiveram expansão nominal em relação ao exercício anterior, nos percentuais de 0,8% (R\$ 58,2 milhões) e 0,9% (R\$ 68,6 milhões), totalizando R\$ 7,5 bilhões e R\$ 7,4 bilhões, respectivamente.

O resultado patrimonial apurado em 2021 foi superavitário em 326,9 milhões, apresentando uma elevação na ordem de 11% em relação ao ano anterior, o que, em termos monetários, representa uma variação positiva de R\$ 32,6 milhões.

O passivo exigível do MPU (passivo circulante¹ mais passivo não circulante) alcançou, em 2021, cerca de R\$ 90,3 milhões, sendo 83,1% de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo. Esse passivo exigível representa apenas 2,3% do total do ativo. Em 2020, o passivo exigível foi cerca de R\$ 42,7 milhões, equivalendo a 1,2% do total do ativo.

O resultado financeiro de 2021 foi superavitário em R\$ 57,8 milhões, revertendo o resultado deficitário de 90,9 milhões ocorrido no exercício anterior. Contudo, vale esclarecer que esse resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho), sendo apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte (R\$ 421,5 milhões) e o saldo do exercício anterior (R\$ 363,6 milhões).

Para o exercício de 2022, foi inscrito o estoque de R\$ 120,9 milhões de Restos a Pagar (R\$ 98,6 milhões de RP inscritos de 2021 mais R\$ 22,3 milhões de RP reinscritos de exercícios anteriores), o que representa um acréscimo de R\$ 2,9 milhões (2,4%), em relação ao estoque inscrito para o exercício de 2021 (R\$ 118 milhões).

Considerando a dotação atualizada do MPU de R\$ 7,53 bilhões, no ano de 2021, verifica-se que 1,3% desse montante foi inscrito em restos a pagar para 2022 (R\$ 98,6 milhões).

¹ Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Ministério Público da União (MPU) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis. Possui autonomia funcional, administrativa e financeira.

A organização e as atribuições do MPU estão estabelecidas na Lei Complementar nº 75/1993, conhecida como Lei Orgânica do Ministério Público da União.

O MPU é composto por quatro ramos: o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Esses ramos têm a seguinte atuação, de forma sintética:

- MPF – atua como fiscal da lei e também nas áreas cível, criminal e eleitoral. Na Justiça Federal, atua em causas em que a Constituição Federal de 1988 estabelece de interesse federal. Extrajudicialmente, o MPF exerce suas atribuições por meio de recomendações, audiências públicas, promoção de acordos por meio dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC) e controle externo da atividade policial.
- MPT – atua na fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, atuando também na proteção aos direitos fundamentais e sociais do cidadão diante de ilegalidades praticadas na seara trabalhista.
- MPM – atua na apuração dos crimes militares e também no controle externo da atividade policial judiciária militar e na instauração do inquérito civil para a proteção dos direitos constitucionais no âmbito da administração militar.
- MPDFT – atua como fiscal da lei e também na defesa dos interesses da sociedade do Distrito Federal e dos Territórios e no controle externo da atividade policial.

Além dos ramos, tem-se a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), criada pela Lei nº 9.628/1998, com natureza jurídica de órgão autônomo. É uma instituição de caráter educacional, diretamente vinculada ao Procurador-Geral da República, tendo as suas despesas custeadas por meio de dotação orçamentária própria, no âmbito do Ministério Público da União.

As dotações do MPU, na lei orçamentária da União, são consignadas ao Órgão Orçamentário 34000 – Ministério Público da União, que agrupa 5 (cinco) Unidades Orçamentárias (UO) responsáveis pela realização das ações. Esses recursos públicos são geridos nas 64 unidades gestoras executoras do MPU, conforme especificado abaixo.

Tabela 1 - Quantitativo de Unidades do MPU - Por Unidade Orçamentária

Código	UO	Unidade Gestora	Quant.
34.101	MPF	Procuradoria-Geral da República – Secretaria Geral	1
		Secretaria de Administração do MPF	1
		Secretaria de Gestão de Pessoas do MPF	1
		Procuradorias Regionais da República da 1ª a 5ª Regiões	5
		Procuradorias da República nas unidades federativas	27
Subtotal			35
34.104	MPT	Procuradoria Geral do Trabalho – Diretoria de Administração	1
		Departamento de Orçamento e Finanças	1
		Procuradorias Regionais do Trabalho da 1ª a 24ª Regiões	24
Subtotal			26
34.103	MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	1
34.102	MPM	Ministério Público Militar	1
34.105	ESMPU	Escola Superior do MPU	1
TOTAL			64

Os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras do MPU foram registrados no Siafi, em observância ao disposto, especialmente, nos artigos 6º e 163 da Lei nº 14.116/2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2021).

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1 – Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis de 2021 foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei nº 4.320/1964, da Lei nº 10.180/2001 e do Decreto nº 93.872/1986. Observaram, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) da 8ª edição (Portaria Conjunta STN/SOF nº 6/2018 e Portaria STN nº 877/2018), a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e demais normas aplicáveis.

As DCONs do Ministério Público da União foram extraídas do Siafi e são compostas pelo Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO) e Balanço Financeiro (BF), exigidos pela Lei nº 4.320/1964. Constam, ainda, a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O objetivo principal das DCONs é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público do Ministério Público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no ano de 2021.

2.2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

A – Moeda funcional

A moeda funcional no âmbito da União é o Real. As eventuais transações realizadas pelas unidades gestoras do MPU que envolvam moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional na data de pagamento do compromisso, empregando-se a taxa de câmbio vigente.

B – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação, conforme prescrito na parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do [MCASP](#).

Os gastos posteriores ao reconhecimento inicial são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

C – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos (*softwares*, marcas, patentes, atividades de pesquisa e desenvolvimento etc.) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenha sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

D – Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação e amortização no MPU, durante o exercício de 2021, têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, a NBC TSP nº 7 (Ativo Imobilizado) e o MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira detalhada, no Manual Siafi Web, [Macrofunção 02.03.30](#) (Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, nas Autarquias e nas Fundações).

Por sua vez, o valor da depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurado mensal e automaticamente pelo mencionado Sistema observando o valor depreciable de acesso, com uso do Método da Parábola de Kuentzle, conforme determinado no art. 7ª da Portaria Conjunta STN/SPU nº 03/2014. Este método é expresso pela equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$$

onde: **Kd** = coeficiente de depreciação;

n = vida útil da acessão;

x = vida útil transcorrida da acessão.

E – Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

F – Apuração do resultado

Nas Demonstrações Contábeis é possível apuração dos seguintes resultados:

- **Patrimonial:** implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). Após a apuração, o valor obtido é mostrado no item Resultado do Exercício, localizado na coluna do Passivo do Balanço Patrimonial. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- **Orçamentário:** representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- **Financeiro:** a apuração do resultado financeiro é realizada pelo Balanço Financeiro e representa o confronto entre os ingressos e dispêndios de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, que ocorreram durante o exercício e alteraram o saldo das disponibilidades do MPU. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.3 – Conformidade Contábil das DCONs

A conformidade contábil das demonstrações contábeis do MPU é realizada mensalmente pela Subsecretaria de Contabilidade, observando os procedimentos descritos nas Macrofunções [02.03.15 \(Conformidade Contábil\)](#), [02.03.18 \(Norma de Encerramento do Exercício\)](#) e [02.10.03 \(Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis\)](#), do Manual Siafi Web.

Essa atividade visa a assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes do Siafi, sinalizando eventuais situações que causem inconsistências ou desequilíbrios nas informações contábeis.

No exercício de 2021, a Subsecretaria de Contabilidade – atuando no Siafi como Setorial Contábil de Unidade Gestora, de Órgão e de Órgão Superior – registrou 792 conformidades contábeis: 768 de unidades gestoras, 12 de órgão e 12 de órgão superior.

Além dos processos realizados mensalmente, no final do exercício a SUBCON encaminhou a Declaração do Contador para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Nessa declaração, o Contador Responsável declarou que os demonstrativos contábeis constantes do Siafi, relativos ao exercício de 2021, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério Público da União. Os demonstrativos contábeis são: os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pelas NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do Ministério Público da União englobam as informações contábeis de todas as unidades gestoras que compõem os ramos do MPU e da ESMPU, registradas no Siafi.

A seguir, são apresentadas as demonstrações contábeis do MPU, relativas ao ano de 2021, e detalhados os seus principais itens.

3.1 – Balanço Patrimonial

Esta demonstração contábil evidencia a situação patrimonial do Ministério Público da União e demonstra a posição estática dos ativos e dos passivos do MPU no final do exercício, de forma a possibilitar ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos potenciais, que são registrados em conta de compensação (natureza de informação de controle).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) do MCASP.

O Balanço Patrimonial também demonstra o resultado acumulado e nele contém o efeito do resultado do exercício levantado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir da comparação entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Por sua vez, cabe mencionar que a Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos – Financeiro e Permanente –, de acordo com a dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Por isso, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

Assim, o Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício 2021

Em R\$

	NExp	2021	2020
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	421.476.166,89	363.631.992,47
Créditos a Curto Prazo	02	53.789.808,65	10.318.604,71
Estoques		14.757.101,07	15.256.168,81
VPDs Pagas Antecipadamente		1.705.988,82	1.535.808,71
Total do Ativo Circulante		491.729.065,43	390.742.574,70
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.724.412,59	2.724.412,59
Créditos a Longo Prazo	03	2.724.412,59	2.724.412,59
Imobilizado	04	3.287.310.343,33	3.199.066.496,02
Intangível	05	90.240.462,01	73.550.500,89
Total do Ativo Não Circulante		3.380.275.217,93	3.275.341.409,50
TOTAL DO ATIVO		3.872.004.283,36	3.666.083.984,20

	NExp	2021	2020
Passivo Circulante			
Obrigações Trab., Prev. Assist. a Pagar a CP	06	75.063.594,58	39.284.951,71
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	07	2.086.674,60	1.741.013,67
Demais Obrigações a Curto Prazo	08	13.008.765,72	1.340.735,53
Total do Passivo Circulante		90.159.034,90	42.366.700,91
Passivo Não Circulante			
Demais Obrigações a Longo Prazo		177.337,38	308.526,75
Total do Passivo Não Circulante		177.337,38	308.526,75
Patrimônio Líquido			
Demais Reservas			
Resultados Acumulados		3.781.667.911,08	3.623.408.756,54
Total do Patrimônio Líquido		3.781.667.911,08	3.623.408.756,54
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.872.004.283,36	3.666.083.984,20

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes
(Lei nº 4.320/1964)

Exercício 2021

	Em R\$		
	NExp	2021	2020
Ativo (I)			
Ativo Financeiro		421.476.403,32	363.631.992,47
Ativo Permanente		3.450.527.880,04	3.302.451.991,73
Total do Ativo		3.872.004.283,36	3.666.083.984,20
Passivo (II)			
Passivo Financeiro		121.733.153,98	118.984.587,55
Passivo Permanente		87.192.837,72	39.900.721,32
Total do Passivo		208.925.991,70	158.885.308,87
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		3.663.078.291,66	3.507.198.675,33

Quadro das Contas de Compensação
(Lei nº 4.320/1964)

Exercício 2021

		Em R\$	
	NExp	2021	2020
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	09	25.050.029,81	32.726.492,68
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	09	18.372.787,72	32.813.139,92
Direitos Contratuais a Executar			
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			
Total dos Atos Potenciais Ativos		43.422.817,53	65.539.632,60
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar			
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		4.426,63	30.573,82
Obrigações Contratuais a Executar	10	1.011.466.264,40	968.211.181,43
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar			
Total dos Atos Potenciais Passivos		1.011.470.691,03	968.241.755,25

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro
(Lei nº 4.320/1964)

Exercício 2021

		Em R\$	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NExp	2021	2020
Recursos Ordinários (I)		292.445.777,70	250.068.245,53
Recurso Vinculados (II)		7.297.471,64	-5.420.840,61
Seguridade Social (Exceto Previdência)		46.074,55	461.763,73
Seguridade Social (RPPS)		241.991,91	123.178,47
Alienação de Bens e Direitos		784.016,00	221.729,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		6.225.389,18	-6.227.511,81
Superávit Financeiro (III) = (I + II)	11	299.743.249,34	244.647.404,92

3.1.1. Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

É composto pelos valores do limite de saque da Conta Única da União, para atender as despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras do MPU, e pelos valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, relativos aos depósitos de caução em garantia a contratos administrativos, conforme disposto no inc. IV do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.737/1979. No gráfico a seguir, visualiza-se sua composição nos anos de 2020 e 2021:

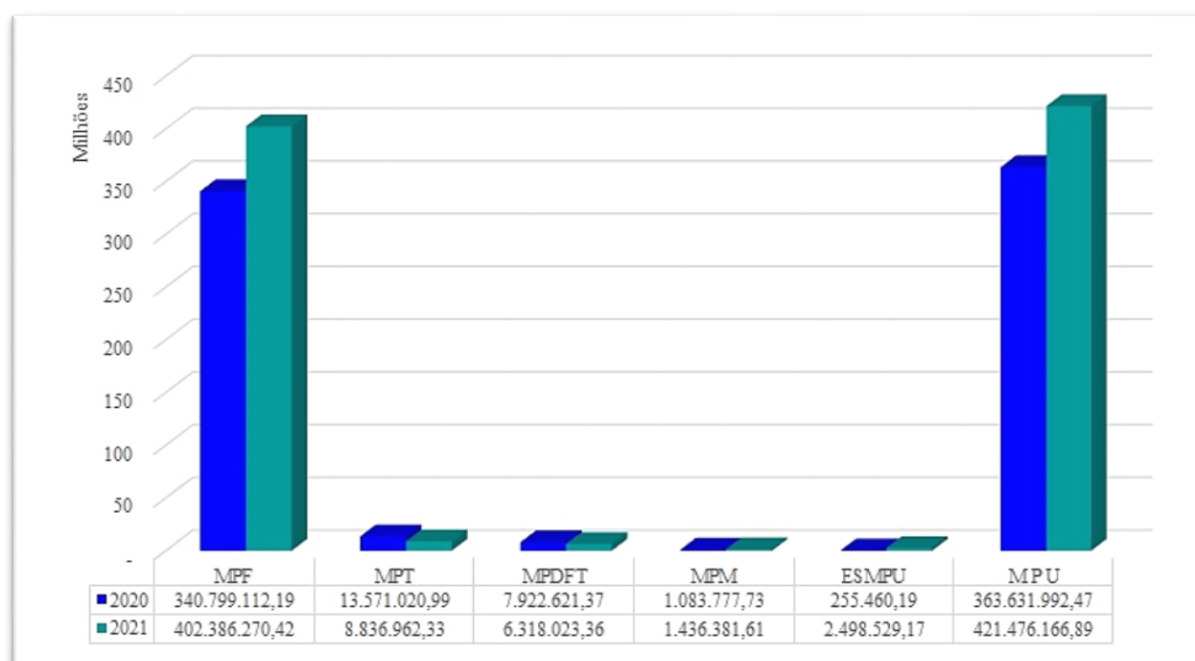


Gráfico 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

3.1.2. Nota 02 – Créditos a Curto Prazo

No final de 2021, os adiantamentos de férias e de salários e ordenados representaram 85,9% dos créditos a curto prazo, em decorrência, principalmente, das férias pagas aos servidores do MPF, MPT e MPDFT antes do cumprimento do período aquisitivo, bem como dos adiantamentos de salários no gozo de férias, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 2 - Créditos a Curto Prazo - Composição

	Em R\$					
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Adiantamento de Férias	23.365.162,71	8.276.022,13	4.531.951,20	1.210.885,66	41.817,19	37.425.838,89
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	6.913.809,69	1.134.739,05	544.129,63	115.025,11	46.749,93	8.754.453,41
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	4.634.661,62					4.634.661,62
13º Salário - Adiantamento	1.986.858,67				26.607,23	2.013.465,90
Crédito a Receber por Acerto Financeiro com Servidor			641.763,95			641.763,95
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	116.044,23	1.291,12				117.335,35
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal - Estado	106.665,40		35.980,98			142.646,38
Demais Créditos	35.689,46	22.881,29	1.072,40			59.643,15
Créditos a Curto Prazo	37.158.891,78	9.434.933,59	5.754.898,16	1.325.910,77	115.174,35	53.789.808,65

Por sua vez, o item Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada (TED)² é constituído pelos repasses financeiros pendentes de comprovação, no montante de R\$ 4,6 milhões, e que foram feitos pelas unidades gestoras do MPU da seguinte forma:

- TED registrado no Siafi sob o nº 1AAFFD – R\$ 43.894,20 – e firmado entre a Procuradoria da República em Santa Catarina e o Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal para custeio do curso de técnicas de autoproteção para procuradores da república no MPF em Santa Catarina.
- TED registrado no Siafi sob o nº 1AABCN – R\$ 41.294,12 – e firmado entre a Secretaria de Administração do Ministério Público Federal e a Universidade Federal de Santa Catarina para realização das eleições de renovação parcial do Conselho Superior do MPF, de forma eletrônica, com hospedagem em data center seguro e com auditoria.

² Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática. (Art. 2º, inc. I, do Decreto nº 10.426/2020).

- TED registrado no Siafi sob o nº 1AABRQ – R\$ 4.449.120,00 – e firmado entre a Secretaria de Administração do Ministério Público Federal e a Universidade Federal de Lavras para execução de projeto de PD&I, implementação de sistemas e transferência de conhecimento e tecnologia, com foco na inovação e modernização dos recursos tecnológicos aplicados à investigação no MPF.
- TED registrado no Siafi sob o nº 688612 – R\$ 100.353,30 – e firmado entre a Secretaria de Administração do Ministério Público Federal e o Senado Federal para tornar disponível à biblioteca da PGR o sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas do Senado Federal.

3.1.3. Nota 03 – Créditos a Longo Prazo

Este item é constituído de créditos por danos ao patrimônio, cujas contas foram julgadas irregulares pelo TCU, com imposição de débito ao responsável. O Ministério Público Federal possui saldo de R\$ 1.915.266,59, enquanto o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios de R\$ 809.146,00.

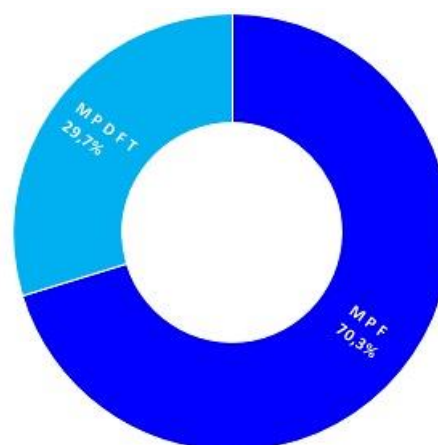


Gráfico 2 - Créditos a Longo Prazo

3.1.4. Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado do Ministério Público da União é segregado em dois grupos: Bens Móveis e Bens Imóveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos bens móveis e dos bens imóveis registrados no Siafi, em 31/12/2021.

Tabela 3 - Imobilizado - Composição

	Em R\$					
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Bens Móveis						
Valor contábil bruto	600.363.810,86	298.250.312,66	81.525.182,27	33.638.855,36	13.380.736,38	1.027.158.897,53
(-) Depreciação acumulada	-363.468.959,05	-161.455.541,75	-43.797.302,68	-20.964.535,54	-6.497.450,29	-596.183.789,31
(=) Valor contábil líquido	236.894.851,81	136.794.770,91	37.727.879,59	12.674.319,82	6.883.286,09	430.975.108,22
Bens Imóveis						
Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet						
Valor contábil bruto	1.258.182.947,34	680.792.142,60	186.496.626,47	198.123.690,72	74.433.900,00	2.398.029.307,13
(-) Depreciação acumulada	-96.868.057,56	-32.211.216,04	-1.284.259,10	-2.452.613,52	-85,16	-132.816.231,38
(=) Valor contábil líquido	1.161.314.889,78	648.580.926,56	185.212.367,37	195.671.077,20	74.433.814,84	2.265.213.075,75
Bens de Uso Especial não registrados no SPIUnet						
Valor contábil bruto	40.750.995,61	141.394.635,78				182.145.631,39
Bens Dominicais Não Registrados no SIAPA						
Valor contábil bruto		109.000,00				109.000,00
Bens Imóveis em Andamento						
Valor contábil bruto	209.930.002,29	134.285.249,58	4.617.676,49	53.266.617,98		402.099.546,34
Instalações						
Valor contábil bruto	4.079.527,24	1.385,00	2.486.009,23			6.566.921,47
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros						
Valor contábil bruto	1.346.048,60		236.312,00			1.582.360,60
(-) Amortização acumulada	-1.144.988,44		-236.312,00			-1.381.300,44
(=) Valor contábil líquido	201.060,16		0,00			201.060,16
Imobilizado	1.653.171.326,89	1.061.165.967,83	230.043.932,68	261.612.015,00	81.317.100,93	3.287.310.343,33

Os bens móveis são os que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômica-social.

Em 2021, os bens móveis do MPU totalizaram R\$ 1,03 bilhão e estão distribuídos em agrupamentos de contas contábeis, conforme evidenciado na tabela abaixo.

Tabela 4 - Bens Móveis - 2021 e 2020

	Em R\$			
	2021	2020	AH	AV
Bens de Informática	451.416.854,31	419.069.788,40	7,7%	43,9%
Móveis e Utensílios	224.443.522,98	215.573.759,14	4,1%	21,9%
Veículos	177.470.367,03	164.131.104,41	8,1%	17,3%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	105.752.290,92	102.375.149,60	3,3%	10,3%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	54.312.174,19	52.488.583,58	3,5%	5,3%
Armamentos	1.271.729,53	1.049.064,82	21,2%	0,1%
Bens Móveis em Almoxarifado		2.894,49	-100,0%	0,0%
Demais Bens Móveis	12.491.958,57	12.121.133,37	3,1%	1,2%
Bens Móveis	1.027.158.897,53	966.811.477,81	6,2%	100,0%

Nota-se que ocorreu um aumento no total dos bens móveis no ano de 2021 em relação ao exercício anterior, no percentual de 6,2% – R\$ 60,3 milhões.

Por seu turno, os bens imóveis são o solo e tudo quanto possa estar nele incorporado, natural ou artificialmente, e que não pode ser retirado sem destruição ou danos. A composição dos imóveis do MPU é apresentada na tabela 3.

Os Bens de Uso Especial representaram 86,3% do valor bruto contábil dos bens imóveis no final de 2021, totalizando R\$ 2,58 bilhões, ou incremento de 9,6% (R\$ 226,3 milhões) em comparação ao exercício de 2020.

Estes bens são aqueles destinados ao serviço ou estabelecimento das unidades administrativas do MPU. Sua composição é apresentada na tabela abaixo.

Tabela 5 - Bens de Uso Especial - 2021 e 2020

	Em R\$			
	2021	2020	AH	AV
Edifícios	1.763.055.330,07	1.603.108.869,65	10,0%	73,5%
Terrenos / Glebas	321.573.574,96	316.454.776,16	1,6%	13,4%
Salas	178.397.068,96	145.111.949,33	22,9%	7,4%
Imóveis Residenciais / Comerciais	113.873.523,80	96.891.900,09	17,5%	4,7%
Estacionamentos e Garagens	11.669.681,13	11.669.681,13	0,0%	0,5%
Armazens / Galpões	6.949.137,40	6.889.380,65	0,9%	0,3%
Lojas	2.510.990,81	1.070.990,81	134,5%	0,1%
Bens de Uso Especial registrados no SPIUNet (I)	2.398.029.307,13	2.181.197.547,82	9,9%	100,0%
Edifícios	103.670.625,69	97.851.908,78	5,9%	56,9%
Salas e Escritórios	37.503.385,89	30.495.875,48	23,0%	20,6%
Imóveis Residenciais / Comerciais	20.379.221,76	24.127.082,88	-15,5%	11,2%
Terrenos / Glebas	18.792.398,05	20.252.398,05	-7,2%	10,3%
Estacionamentos e Garagens	1.800.000,00			1,0%
Bens de Uso Especial não registrados no SPIUNet (II)	182.145.631,39	172.727.265,19	5,5%	100,0%
Total Bens de Uso Especial (III = I + II)	2.580.174.938,52	2.353.924.813,01	9,6%	

Contudo o total dos Bens de Uso Especial poderia ser maior em R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais) no ano de 2021. Trata-se do valor de aquisição das duas vagas de garagem pela Procuradoria da República em Santa Catarina, no dia 29/12/2021 (2021NS002871), o qual foi registrado no agrupamento contábil 12321.04.00 (Bens Dominicais Não Registrados no SIAPA) quando o correto seria 12321.02.00 (Bens de Uso Especial Não Registrados SPIUNet). A regularização ocorreu em 2022.

3.1.5. Nota 05 – Intangível

De acordo com o MCASP, trata-se de ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Em outras palavras, é um bem que possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma unidade gestora.

Nada obstante, alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como no caso de *software*, sendo necessário avaliar qual elemento é mais significativo para definir a contabilização como ativo imobilizado ou como ativo intangível.

Por exemplo, um *software* de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse *software* específico – sem similar no mercado – é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado. O mesmo se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o *software* não é parte integrante do respectivo *hardware*, ele deve ser tratado como ativo intangível.

O valor líquido do Ativo Intangível do MPU, em 31/12/2021, totalizava R\$ 90,2 milhões e está composto de *softwares* com vida útil definida e indefinida, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 6 - Intangível - Composição

	Em R\$					
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Softwares de vida útil definida						
Valor contábil bruto	2.912.254,56	15.000,00	5.420.153,00	198.166,97	145.340,08	8.690.914,61
(-) Amortização acumulada	-2.849.873,57	-15.000,00		-66.055,85	-119.660,06	-3.050.589,48
(=) Valor contábil líquido	62.380,99	0,00			25.680,02	5.640.325,13
Softwares de vida útil indefinida						
Valor contábil bruto	42.428.440,82	21.582.109,92	14.365.410,05	5.361.953,70	862.222,39	84.600.136,88
Intangível	42.490.821,81	21.582.109,92	14.365.410,05	5.361.953,70	887.902,41	90.240.462,01

Portanto, o valor total de intangível do MPU é formado exclusivamente de aquisições de licenças de *software*. O acréscimo observado no período é de 23,2% – R\$ 17,6 milhões –, conforme evidenciado na tabela abaixo.

Tabela 7 - Softwares - 2021 e 2020

	Em R\$			
	2021	2020	AH	AV
Softwares com Vida Útil Definida	8.690.914,61	3.887.084,64	123,6%	9,3%
Softwares com Vida Útil Indefinida	84.600.136,88	71.849.308,92	17,7%	90,7%
Bens Intangíveis	93.291.051,49	75.736.393,56	23,2%	100,0%

3.1.6 Nota 06 – Pessoal a Pagar

Em 31/12/2021, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R\$ 75,1 milhões com pessoal a pagar, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 8 - Pessoal a Pagar - Composição

	Em R\$					
	M P F	M P T	MPDFT	MPM	ESMPU	M P U AV
Férias a Pagar	23.936.410,73	9.903.200,16	35.040.953,10	1.109.054,51	80.684,73	70.070.303,23 93,3%
Salários, Remunerações e Benefícios		1.104,94	4.992.156,62			4.993.261,56 6,7%
Pessoal a Pagar	23.936.410,73	9.904.305,10	40.033.109,72	1.109.054,51	80.684,73	75.063.564,79 100,0%

As unidades gestoras responsáveis pela elaboração da folha de pessoal no âmbito do MPU devem conciliar os saldos registrados nessas contas observando as recomendações do Tribunal de Contas da União e da Auditoria Interna do MPU, bem como as orientações da Macrofunção [02.11.42 \(Folha de Pagamento\)](#) do Manual Siafi.

3.1.7. Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2021, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R\$ 2,1 milhões em aberto com fornecedores e contas a pagar a curto prazo.

No gráfico a seguir, nota-se que essas obrigações no exercício de 2021 estão registradas apenas no Ministério Público Federal, no Ministério Público do Trabalho e no Ministério Público Militar.

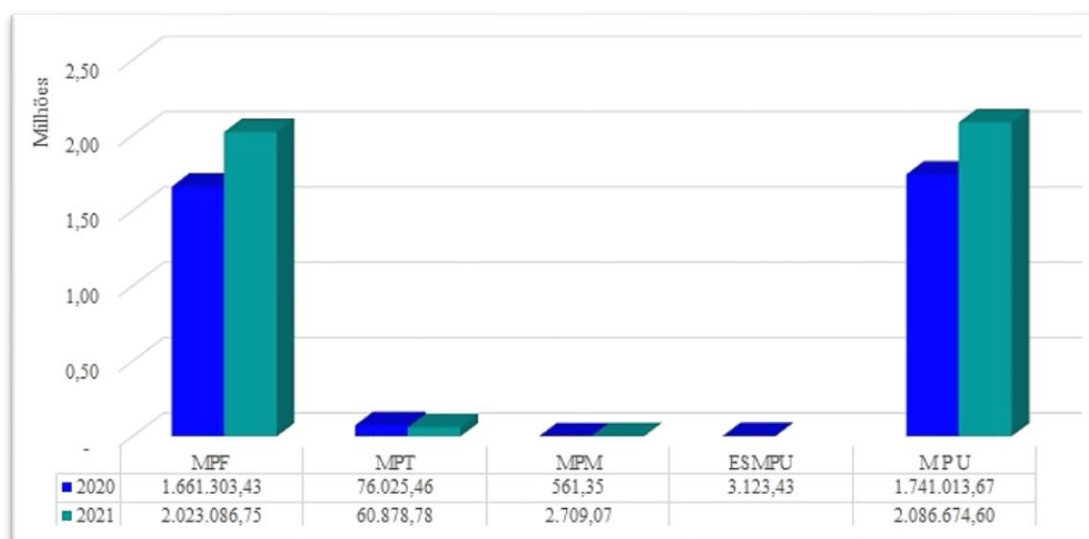


Gráfico 3 - Fornecedores e Contas a Pagar por Contratante

Na continuação, apresenta-se a tabela com os contratantes que possuem os valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar.

Tabela 9 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Contratante

	Em R\$	
	31/12/2021	AV
Procuradoria da República em São Paulo	1.210.440,24	58,0%
Procuradoria da República no Rio Grande do Sul	567.885,50	27,2%
Procuradoria da República em Santa Catarina	109.812,60	5,3%
Demais Unidades Gestoras do MPF	134.948,41	6,5%
Ministério Público do Trabalho	60.878,78	2,9%
Ministério Público Militar	2.709,07	0,1%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.086.674,60	100,0%

A Procuradoria da República em São Paulo é responsável por 58% do total a ser pago, decorrente principalmente de serviços de vigilância armada e desarmada nas unidades administrativas da PR/SP (R\$ 323 mil).

3.1.8. Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Este item é constituído, principalmente, pelos repasses financeiros pendentes de comprovação, no montante de R\$ 11,4 milhões, e que foram feitos pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (UG 200401/00001) ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, relativos ao Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 57/2019 – registrado no SIAFI sob o nº 698761 –, para aquisição de ferramentas e recursos tecnológicos para aparelhar o Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação e Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro – CILAB/MPDFT e para o Grupo de Atuação Especial ao Combate ao Crime Organizado – GAECO, com vistas a dar suporte as atividades de investigação e inteligência conduzidas pelo MPDFT.

3.1.9. Nota 09 – Atos Potenciais Ativos

Os itens que compõem os atos potenciais ativos são:

A – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar

Esse agrupamento compreende o controle sobre a execução de fianças, seguros-garantia, caução e outras garantias e contragarantias recebidas pelas unidades gestoras do MPU.

As garantias e contragarantias recebidas a executar pelo MPU, em 31/12/2021, totalizava R\$ 25,1 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 10 - Garantias e Contragarantias Recebidas

	MPF	MPT	ESMPU	ESMPU	MPU	Em R\$ AV
Fianças a Executar	283.909,86	73.671,45			357.581,31	1,4%
Seguros-Garantia a Executar	8.791.087,74	13.622.987,63		351.665,85	22.765.741,22	90,9%
Caução a Executar	101.533,05	117.663,43	21.875,98		241.072,46	1,0%
Apólices de Seguros a Executar	1.685.634,82				1.685.634,82	6,7%
Garantias e Contragarantias Recebidas	10.862.165,47	13.814.322,51	21.875,98	351.665,85	25.050.029,81	100,0%

Os maiores valores apropriados na conta de Seguros-Garantia a Executar são observados na Procuradoria da República no Rio Grande do Sul (R\$ 4,6 milhões) e na Diretoria de Administração da Procuradoria-Geral do Trabalho (R\$ 12,5 milhões).

B – Direitos Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres

Em 31/12/2021, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R\$ 18,4 milhões, relacionados a Termo de Execução Descentralizada, a serem recebidos pelos ramos do MPU da seguinte forma:

- MPF – R\$ 10.405,70 – sendo todo o valor relativo ao TED registrado no Siafi sob o nº 698166 e firmado entre a Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para fortalecer e ampliar o alcance de atuação do Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos - FGCIÁ.
- MPDFT – R\$ 18.362.382,02 – sendo o valor de R\$ 18.162.382,02 relativo ao TED registrado no Siafi sob o nº 698761 e firmado entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para aquisição de ferramentas e recursos tecnológicos para aparelhar o Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação e Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro – CILAB/MPDFT. O restante do valor (R\$ 200.000,00) é relativo ao TED registrado no Siafi sob o nº 1AAFVV e firmado entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Secretaria Nacional de Justiça – SENAJS para manutenção e aprimoramento do projeto de mediação comunitária do MPDFT.

3.1.10. Nota 10 – Atos Potenciais Passivos

Dentre os atos potenciais passivos apresentados no Quadro das Contas de Compensação do Balanço Patrimonial, o agrupamento Obrigações Contratuais a Executar representa o item mais relevante e está detalhado a seguir:

Tabela 11 - Obrigações Contratuais - Composição

	Em R\$					
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Contratos de Seguros	62.116,59	192.640,90			164,16	254.921,65
Contratos de Serviços	432.374.788,16	222.306.119,58	105.883.596,96	42.290.459,05	6.703.398,42	809.558.362,17
Contratos de Aluguéis	100.256.904,25	52.497.675,48	3.152.419,27	322.602,02		156.229.601,02
Contratos de Fornecimento de Bens	19.175.955,66	17.639.535,81	7.731.240,01	770.805,98	105.842,10	45.423.379,56
Obrigações Contratuais	551.869.764,66	292.635.971,77	116.767.256,24	43.383.867,05	6.809.404,68	1.011.466.264,40

As obrigações contratuais compreendem o controle sobre os contratos celebrados pelas unidades gestoras do MPU na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros.

As obrigações contratuais de serviços representam 80% do total das obrigações assumidas pelo Ministério Público da União no final de 2021. As principais contratações registradas no Siafi são decorrentes de:

- Serviços de comunicação de dados em nível nacional;
- Serviços de solução de segurança de perímetro (serviços de firewall, prevenção de intrusão, filtro de conteúdo, antivírus de rede e outros);
- Serviços técnicos de hospedagem externa de equipamentos de TI;
- Serviços de vigilância armada e desarmada;
- Serviço de outsourcing de impressão de abrangência nacional;
- Serviços de limpeza, conservação e higienização;
- Serviço de apoio administrativo;
- Serviços de emissão de passagens aéreas; e
- Construção de imóveis.

3.1.11. Nota 11 – Superávit/Déficit Financeiro

O superávit/déficit financeiro é um indicador da posição financeira, calculado a partir da diferença entre ativo e passivo financeiros³. Este indicador propicia a análise sobre a existência ou não de recursos a serem utilizados como fonte para abertura de créditos adicionais.

No exercício de 2021, o superávit financeiro foi de R\$ 300 milhões. Em relação ao exercício anterior, nota-se um aumento de R\$ 55,1 milhões, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 12 - Cálculo do Superávit Financeiro - 2021 e 2020

	Em R\$		
	2021	2020	Variação
(+) Ativo Financeiro (AF)	421.476.403,32	363.631.992,47	57.844.410,85
(-) Passivo Financeiro (PF)	121.733.153,98	118.984.587,55	2.748.566,43
(=) Superávit/Déficit Financeiro (AF - PF)	299.743.249,34	244.647.404,92	55.095.844,42

³ O **Ativo Financeiro** compreende os créditos e valores realizáveis independentemente da autorização orçamentária e dos valores numerários, enquanto que o **Passivo Financeiro** compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. (Art. 105, §§ 1º e 3º, da Lei nº 4.320/1964).

3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Esta demonstração contábil evidencia as variações verificadas no patrimônio do MPU, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício 2021

		Em R\$	
	NExp	2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas			
<i>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</i>	12	3.916.388,38	1.198.436,34
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		3.916.388,38	1.198.436,34
<i>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</i>		68.630,80	152.564,82
Juros e Encargos de Mora		68.630,80	136.843,10
Variações Monetárias e Cambiais			15.721,72
<i>Transferências e Delegações Recebidas</i>		15.138.984.165,69	14.844.992.230,57
Transferências Intragovernamentais		15.024.266.674,13	14.779.011.061,18
Outras Transferências e Delegações Recebidas		114.717.491,56	65.981.169,39
<i>Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorp. de Passivos</i>		196.621.715,98	186.902.354,28
Reavaliação de Ativos	13	177.877.036,84	114.390.874,47
Ganhos com Alienação		237.073,64	
Ganhos com Incorporação de Ativos	14	14.884.681,28	72.422.035,03
Ganhos com Desincorporação de Passivos	15	3.622.924,22	89.444,78
<i>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</i>		141.703.280,70	70.566.710,57
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	16	141.703.280,70	70.566.710,57
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		15.481.294.181,55	15.103.812.296,58

	NExp	2021	2020
Variações Patrimoniais Diminutivas			
<i>Pessoal e Encargos</i>		5.558.744.843,33	5.522.585.116,58
Remuneração a Pessoal	17	4.447.778.972,90	4.424.305.209,11
Encargos Patronais	17	848.505.402,51	826.797.787,89
Benefícios a Pessoal	18	255.846.170,05	263.253.882,56
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		6.614.297,87	8.228.237,02
<i>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i>	19	870.959.588,96	853.015.295,99
Aposentadorias e Reformas		667.941.208,23	669.249.899,11
Pensões		186.562.824,65	182.080.017,43
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		16.455.556,08	1.685.379,45
<i>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</i>	20	823.430.360,83	844.722.223,81
Uso de Material de Consumo		15.767.121,36	13.146.763,91
Serviços		733.434.117,81	756.136.701,39
Depreciação, Amortização e Exaustão		74.229.121,66	75.438.758,51
<i>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</i>		4.737,94	8.381,79
Juros e Encargos de Mora		4.726,55	3.308,43
Variações Monetárias e Cambiais		11,39	
Descontos Financeiros Concedidos			5.073,36
<i>Transferências e Delegações Concedidas</i>		7.727.962.363,96	7.547.694.642,40
Transferências Intragovernamentais	21	7.627.922.277,26	7.517.024.704,29
Outras Transferências e Delegações Concedidas		100.040.086,70	30.669.938,11
<i>Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorpor. Passivos</i>		161.375.105,66	32.960.881,00
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	22	20.213.214,47	9.087.591,98
Perdas com Alienação			
Perdas Involuntárias		63.552,89	69.739,05
Incorporação de Passivos	23	11.418.514,43	711.564,61
Desincorporação de Ativos	24	129.679.823,87	23.091.985,36
<i>Tributárias</i>		2.412.374,43	1.936.083,58
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.222.347,55	747.144,57
Contribuições		1.190.026,88	1.188.939,01
<i>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</i>		9.519.493,48	6.588.237,67
Premiações		16.800,00	5.000,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	25	9.502.693,48	6.583.237,67
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		15.154.408.868,59	14.809.510.862,82
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	26	326.885.312,96	294.301.433,76

3.2.1. Nota 12 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, nesta linha das VPAs devem constar as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos. No gráfico a seguir, visualiza-se sua composição:

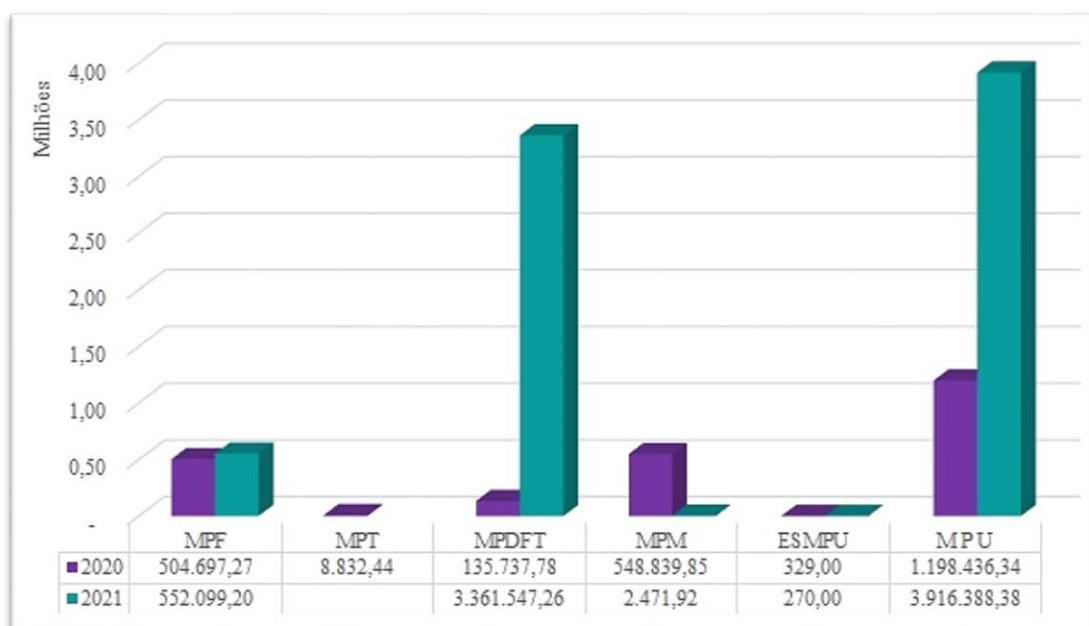


Gráfico 4 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Do total contabilizado em 2021, como exploração de bens, direitos e prestação de serviços, verifica-se que quase 85,8% foram realizados pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em razão da arrecadação, especialmente, de taxa de inscrição para o 32º Concurso Público para Promotor de Justiça Adjunto.

3.2.2. Nota 13 – Reavaliação de Ativos

Em razão de diversos fatores, como a ampliação ou redução da capacidade produtiva de um bem móvel, o valor contábil de determinados ativos pode não corresponder ao seu valor justo, influenciando na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços pela entidade. Dessa forma, de tempos em tempos, há necessidade de esses ativos passarem por um processo avaliativo, com vistas a adequar o seu valor contábil.

No exercício de 2021, essa variação patrimonial aumentativa foi decorrente da reavaliação de bens imóveis no SPIUnet. Na tabela abaixo são evidenciadas as principais reavaliações efetuadas pelas unidades gestoras do MPU:

Tabela 13 - Reavaliação de Bens Imóveis no SPIUnet

Em R\$

Registro Imobiliário Patrimonial - RIP	Localização do Imóvel	Valor da Reavaliação
200.009 – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios		
9701.01541.500-9	Edifício-Sede do MPDFT (Eixo Monumental – Praça do Buriti – Brasília - DF)	22.675.986,90
9701.28130.500-7	Promotoria de Justiça do Guará, do Núcleo Bandeirante e do Riacho Fundo (SMAS – Trecho 4 – Brasília – DF)	16.667.785,88
200.036 – Procuradoria Regional do Trabalho – 3ª Região / MG		
4123.00403.500-0	Procuradoria Regional do Trabalho – 3ª Região / MG (Rua Bernardo Guimarães nº 1.615 – Funcionários Belo Horizonte – MG)	26.413.970,82
200.050 – Procuradoria Regional do Trabalho – 2ª Região / SP		
7107.00815.500-5	Procuradoria Regional do Trabalho – 2ª Região / SP (Rua Afonso de Freitas, 242 – Paraíso – São Paulo – SP)	9.131.862,01
200.207 – Procuradoria Regional da República – 5ª Região / PE		
2531.00866.500-4	Edifício-Sede da PRR – 5ª Região / PE (Rua Frei Matias Teves, 65 – Ilha do Leite – Recife – PE)	11.086.000,00
200.234 – Escola Superior do MPU		
9701.04710.500-5	Edifício-Sede da ESMPU (SGAS 603 – Lote 22 – Brasília - DF)	74.187.732,82

Essa nota trata somente das reavaliações positivas, que originaram VPA. As variações negativas são tratadas em nota específica de VPD (Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas).

3.2.3. Nota 14 – Ganhos com Incorporação de Ativos

Dentre os Ganhos com Incorporações de Ativos no ano de 2021, destacam-se os valores decorrentes dos registros de imóveis de uso especial no SPIUnet, evidenciados na tabela abaixo:

Tabela 14 - Registro de Bens Imóveis no SPIUnet

Em R\$

Registro Imobiliário Patrimonial - RIP	Localização do Imóvel	Valor da Incorporação
200.036 – Procuradoria Regional do Trabalho – 3ª Região / MG		
5413.00064.500-6	Procuradoria do Trabalho no Município de Varginha – MG (Rua Bolívia, 22 – Vila Pinto)	2.190.000,00
4865.00122.500-3	Procuradoria Trabalho no Município de Montes Claros – MG (Rua São João, 870 – Todos os Santos)	1.650.000,00
200.050 – Procuradoria Regional do Trabalho – 2ª Região / SP		
6477.00061.500-1	Procuradoria do Trabalho no Município de Guarulhos – SP (Rua Rafael Balzani, 161 – Vila Moreira)	3.905.000,00
200.078 – Procuradoria da República no Maranhão		
0757.00116.500-1	Procuradoria da República no Município de Caxias – MA (Travessa Otavio Passos, 3 – Cidade Judiciária)	4.819.100,00

3.2.4. Nota 15 – Ganhos com Desincorporação de Passivos

Este item é constituído basicamente pelo registro efetuado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para ajustar o saldo da conta 21.111.01.01 (Salários, Remunerações e Benefícios), atendendo solicitação da Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP/MPDFT.

3.2.5. Nota 16 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

A tabela abaixo apresenta a composição desse item no exercício de 2021.

Tabela 15 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição

	Em R\$					
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
VPA decorrente de fatores geradores diversos	136.716.492,61	75.914,94	500,00	9.324,63	52.217,96	136.854.450,14
Restituições	2.758.456,69	1.453.388,49	22.187,09	5.747,81	35.149,24	4.274.929,32
Multas Administrativas	203.410,84	93.816,94	123.594,39	43.864,10	208,39	464.894,66
Indenizações	99.165,25	7.435,33	106,00			106.706,58
Ressarcimentos	2.300,00					2.300,00
Diversas VPA	139.779.825,39	1.630.555,70	146.387,48	58.936,54	87.575,59	141.703.280,70

O montante registrado no título *VPA decorrente de fatores geradores diversos* foi originado, em especial, pela arrecadação feita pela Secretaria de Administração do MPF (UG 200.100), utilizando o código de recolhimento 13920-3 (MPF-Recuperação de recursos no combate a corrupção e proteção de direitos difusos). Por sua vez, os valores das restituições são pertinentes às folhas de pagamento contabilizadas, principalmente, pela Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP/MPF e pela Diretoria de Administração da Procuradoria Geral do Trabalho.

3.2.6. Nota 17 – Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais

Este item da DVP compreende a remuneração do pessoal ativo civil, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreende, ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

No exercício de 2021, o total das despesas com remuneração a pessoal e encargos patronais no MPU totalizou R\$ 5,30 bilhões. Na sequência, apresenta-se a tabela com as principais rubricas, agrupadas pelos ramos do MPU e ESMPU.

Tabela 16 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais - Composição

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Gratificações	1.069.099.381,52	392.090.310,12	234.799.687,67	58.601.910,96	5.401.168,33	1.759.992.458,60
Vencimentos e Salários	850.442.655,73	449.387.991,57	227.026.306,57	58.617.702,78	2.750.354,41	1.588.225.011,06
Contribuição Patronal para o RPPS	447.055.157,70	200.922.309,48	101.859.071,93	27.808.947,82	1.031.414,10	778.676.901,03
Férias	334.220.771,11	136.745.459,70	101.904.868,45	7.622.318,99	1.104.633,89	581.598.052,14
13º Salário	179.074.457,91	77.797.836,63	42.068.895,37	9.930.712,87	722.191,13	309.594.093,91
Licenças	64.677.220,63	35.733.079,55	38.201.424,99	8.934.899,37		147.546.624,54
Complementação de Previdência	24.543.008,42	10.541.723,68	8.844.271,33	648.444,09	122.384,40	44.699.831,92
Abonos	21.790.097,93	13.559.181,29	3.002.410,46	2.747.741,32	18.459,36	41.117.890,36
Outras rubricas	29.335.592,22	10.010.103,76	4.362.333,97	885.845,19	239.636,71	44.833.511,85
Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais	3.020.238.343,17	1.326.787.995,78	762.069.270,74	175.798.523,39	11.390.242,33	5.296.284.375,41

As despesas com remuneração a pessoal e encargos patronais tiveram uma elevação de 0,9% em relação ao exercício anterior, como detalha a tabela a seguir. Percebe-se que o maior aumento de despesa registrado foi com férias – R\$ 84,9 milhões (17,1%). Por outro lado, a maior redução de despesa foi com vencimentos e salários – R\$ 67,5 milhões (-4,1%).

Tabela 17 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais - 2021 e 2020

	2021	2020	AH	AV
Gratificações	1.759.992.458,60	1.734.413.464,03	1,5%	33,2%
Vencimentos e Salários	1.588.225.011,06	1.655.696.371,82	-4,1%	30,0%
Contribuição Patronal para o RPPS	778.676.901,03	759.260.434,03	2,6%	14,7%
Férias	581.598.052,14	496.696.390,13	17,1%	11,0%
13º Salário	309.594.093,91	309.415.189,07	0,1%	5,8%
Licenças	147.546.624,54	165.745.596,84	-11,0%	2,8%
Complementação de Previdência	44.699.831,92	43.722.463,71	2,2%	0,8%
Abonos	41.117.890,36	43.027.960,00	-4,4%	0,8%
Outras rubricas	44.833.511,85	43.125.127,37	4,0%	0,8%
Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais	5.296.284.375,41	5.251.102.997,00	0,9%	100,0%

3.2.7. Nota 18 – Benefícios a Pessoal

Este item compreende o valor total das variações patrimoniais diminutivas com benefícios devidos a pessoal civil, tais como: ajuda de custo, auxílio creche, auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte etc.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos Benefícios a Pessoal registrados no Siafi.

Tabela 18 - Benefícios a Pessoal - Composição

	Em R\$					
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Auxílio Alimentação	121.306.542,93	50.370.472,54	28.277.426,64	6.989.082,74	589.814,57	207.533.339,42
Auxílio Creche	24.098.461,87	9.628.989,77	5.814.729,45	1.145.419,12	75.464,15	40.763.064,36
Ajuda de Custo	1.539.491,28	2.910.377,55	9.880,59	158.740,44		4.618.489,86
Auxílio Moradia	1.773.360,69	473.332,11		69.355,03		2.316.047,83
Auxílio Transporte	28.576,18	30.164,93		10.904,36		69.645,47
Outras Benefícios		544.993,55		589,56		545.583,11
Benefícios a Pessoal	148.746.432,95	63.958.330,45	34.102.036,68	8.374.091,25	665.278,72	255.846.170,05

As despesas com benefícios a pessoal foram de R\$ 255,8 milhões em 2021, sendo observada redução de 2,8% em relação ao exercício anterior, conforme é detalhado na tabela abaixo. A maior redução de despesa registrada foi com auxílio alimentação – R\$ 5,1 milhões (-2,4%).

Tabela 19 - Benefícios a Pessoal - 2021 e 2020

	Em R\$			
	2021	2020	AH	AV
Auxílio Alimentação	207.533.339,42	212.646.151,53	-2,4%	81,1%
Auxílio Creche	40.763.064,36	42.010.761,68	-3,0%	15,9%
Ajuda de Custo	4.618.489,86	5.070.155,37	-8,9%	1,8%
Auxílio Moradia	2.316.047,83	3.146.824,41	-26,4%	0,9%
Auxílio Transporte	69.645,47	322.262,94	-78,4%	0,0%
Outras Benefícios	545.583,11	57.726,63	845,1%	0,2%
Benefícios a Pessoal	255.846.170,05	263.253.882,56	-2,8%	100,0%

3.2.8. Nota 19 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

De acordo com o MCASP, nesse item estão compreendidas as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reservas remuneradas e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Na continuação, apresenta-se a tabela com as principais rubricas desse item.

Tabela 20 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Composição

	Em R\$					
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Proventos - Pessoal Civil	320.509.766,17	152.744.598,03	70.728.543,65	31.134.217,22		575.117.125,07
Pensões Civis	74.200.602,37	47.117.820,15	20.123.170,89	19.172.379,39		160.613.972,80
13º Salário	34.946.102,83	16.664.366,00	7.625.863,42	4.248.536,72		63.484.868,97
Gratificações	24.574.512,36	4.092.356,10	1.491.130,42	712.969,47		30.870.968,35
Aposentadorias pendentes de aprovação		14.383.503,69				14.383.503,69
Licença Prêmio	2.104.323,01	1.935.790,69	926.008,35	931.384,80		5.897.506,85
Outros benefícios	9.413.645,03	6.812.531,63	3.345.770,21	1.019.037,11	659,25	20.591.643,23
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	465.748.951,77	243.750.966,29	104.240.486,94	57.218.524,71	659,25	870.959.588,96

Em 2021, esse item apresentou um acréscimo de R\$ 17,9 milhões (2,1%) em relação ao exercício anterior, ocasionado principalmente pelas despesas com assistência à saúde – R\$ 13,5 milhões –, as quais compõem o agrupamento Outros Benefícios.

Tabela 21 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - 2021 e 2020

	Em R\$			
	2021	2020	AH	AV
Proventos - Pessoal Civil	575.117.125,07	580.048.432,75	-0,9%	66,0%
Pensões Civis	160.613.972,80	154.976.051,32	3,6%	18,4%
13º Salário	63.484.868,97	63.648.923,02	-0,3%	7,3%
Gratificações	30.870.968,35	31.645.629,06	-2,4%	3,5%
Aposentadorias pendentes de aprovaçã	14.383.503,69	13.174.191,63	9,2%	1,7%
Licença Prêmio	5.897.506,85	4.702.996,61	25,4%	0,7%
Outros benefícios	20.591.643,23	4.819.071,60	327,3%	2,4%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	870.959.588,96	853.015.295,99	2,1%	100,0%

3.2.9. Nota 20 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, este item compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação das unidades gestoras do Ministério Público da União.

A seguir, é apresentada a tabela com as principais rubricas que compõem esse item das variações patrimoniais diminutivas.

Tabela 22 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Composição

	Em R\$					
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	191.456.286,07	46.140.900,39	42.348.813,49	14.592.289,70	3.113.706,52	297.651.996,17
Serviços Técnicos Profissionais	146.662.834,52	50.596.102,67	5.974.565,40	7.571.430,88	4.432.344,44	215.237.277,91
Locações e Arrendamentos	45.584.228,76	35.554.214,73	1.516.556,75	178.073,00	64.030,86	82.897.104,10
Depreciação de Bens Móveis	37.307.283,16	20.754.231,69	6.339.404,72	2.248.047,56	1.397.550,88	68.046.518,01
Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual	21.296.855,24	12.023.810,73	1.347.735,75	1.911.207,04	169.329,66	36.748.938,42
Serv.Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	21.604.432,44	7.983.481,89	3.429.696,79	1.752.392,06	258.347,43	35.028.350,61
Serviços Educacionais e Culturais	21.857.904,87	6.165.710,52	244.384,85	260.204,06	28.400,00	28.556.604,30
Serviços Administrativos	8.273.982,06	8.064.941,71	112.242,69	953.963,55		17.405.130,01
Diárias	3.980.238,13	7.959.720,55	211.128,83	709.397,08	162.134,85	13.022.619,44
Consumo de Materiais Estocados - Almoxarifado	2.917.436,91	2.230.833,34	2.103.016,41	97.243,88	118.954,85	7.467.485,39
Material de Consumo Imediado	3.947.656,97	2.315.329,83	8.789,75	1.091.600,36	50.184,93	7.413.561,84
Serviços Transportes, Passagem, Locom. e Hospedagem	2.125.002,05	3.483.858,22	3.500,00	291.620,50	246.830,34	6.150.811,11
Depreciação de Bens Imóveis	4.145.189,41	1.454.773,42	97.025,86	132.962,97	20.624,01	5.850.575,67
Outras rubricas	1.102.608,04	574.595,44	38.057,72	217.901,46	20.225,19	1.953.387,85
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	512.261.938,63	205.302.505,13	63.774.919,01	32.008.334,10	10.082.663,96	823.430.360,83

As despesas com serviços que mais se destacaram no ano de 2021 foram aquelas relativas à prestação de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional e de serviços técnicos profissionais, com montante de R\$ 512,9 milhões, representando 62,3% do total contabilizado nesse item.

Tabela 23 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - 2021 e 2020

	Em R\$			
	2021	2020	AH	AV
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	297.651.996,17	300.649.900,95	-1,0%	36,1%
Serviços Técnicos Profissionais	215.237.277,91	250.696.544,77	-14,1%	26,1%
Locações e Arrendamentos	82.897.104,10	82.356.710,83	0,7%	10,1%
Depreciação de Bens Móveis	68.046.518,01	61.836.464,08	10,0%	8,3%
Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual	36.748.938,42	32.203.522,56	14,1%	4,5%
Serv.Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	35.028.350,61	33.850.681,84	3,5%	4,3%
Serviços Educacionais e Culturais	28.556.604,30	33.121.051,68	-13,8%	3,5%
Serviços Administrativos	17.405.130,01	11.980.199,47	45,3%	2,1%
Diárias	13.022.619,44	6.845.150,76	90,2%	1,6%
Consumo de Materiais Estocados - Almoxarifado	7.467.485,39	5.703.671,62	30,9%	0,9%
Material de Consumo Imediado	7.413.561,84	6.595.328,87	12,4%	0,9%
Serviços Transportes, Passagem, Locom. e Hospedagem	6.150.811,11	3.802.623,13	61,8%	0,7%
Depreciação de Bens Imóveis	5.850.575,67	13.183.850,43	-55,6%	0,7%
Outras rubricas	1.953.387,85	1.896.522,82	3,0%	0,2%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	823.430.360,83	844.722.223,81	-2,5%	100,0%

3.2.10. Nota 21 – Transferências Intragovernamentais

Quase a totalidade das Transferências Intragovernamentais refere-se ao sub-repasse⁴ concedido pela setorial financeira do MPU (Unidade Gestora 200.097 – Secretaria Geral do MPF), conforme tabela a seguir:

Tabela 24 - Transferências Intragovernamentais - Composição

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Em R\$						
Sub-Repasse Concedido	7.414.747.298,20	1.657.745,34		543.672,16		7.416.948.715,70
Movimento de Saldos Patrimoniais	140.060.486,38	1.635.994,43	253.916,67	61.408,46	35.789,71	142.047.595,65
Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar	67.596.892,27					67.596.892,27
Repasse Concedido	681.514,36					681.514,36
Diferido - Sub-Repasse Devolvido	183.335,87	233.264,90	6.541,21	107.859,48		531.001,46
Outras rubricas	95.763,60	3.835,40		16.958,82		116.557,82
Transferências Intragovernamentais	7.623.365.290,68	3.530.840,07	260.457,88	729.898,92	35.789,71	7.627.922.277,26

3.2.11. Nota 22 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas

Este item é constituído do ajuste de desvalorização de imóvel de uso especial no SPIUnet, sendo os principais registros ocorridos na Procuradoria Regional do Trabalho – 23ª Região – MT (RIP nº 9067.00347.500-0 – imóvel localizado na Rua S, Quadra 29, Setor B, Jardim Aclimação – Cuiabá – MT), no valor de R\$ 9.257.472,28 e na Procuradoria da República no Ceará (RIP nº 1559.00405.500-1 – terreno para construção da sede da PRM de Sobral – CE), no valor de R\$ 6.062.160,23.

3.2.12. Nota 23 – Incorporação de Passivos

Os registros neste item são originados dos repasses financeiros pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDDD (UG 200401/00001) ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, relativos ao TED nº 57/2019, registrado no SIAFI sob o nº 698761, conforme esclarecido na Nota 06. Também foram feitos repasses financeiros do FDDD à Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, relativos ao TED nº 52/2019, registrado no SIAFI sob o nº 698166.

⁴ **Sub-repasse** é um tipo de liberação de recursos dos órgãos setoriais de programação financeira para as unidades gestoras de sua jurisdição e entre as unidades gestoras de um mesmo ministério, órgão ou entidade. (art. 19, inc. III, do Decreto nº 825/1993)

3.2.13. Nota 24 – Desincorporação de Ativos

As principais desincorporações foram registradas nas seguintes unidades gestoras:

- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (UG 200.009), no valor de R\$ 52.685.539,35 (2021NS001644), referente baixa de saldos das contas 12321.06.01 (Obras em andamento), 12321.06.05 (Estudos e projetos) e 12321.07.00 (Instalações) em razão de conclusão das respectivas obras;
- Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região – MS (UG 200.206), no valor de R\$ 13.800.000,00 (2021NL800001), referente baixa de imóvel de uso especial no SPIUnet (RIP nº 9051.01211.500-6), que se encontrava em duplicidade na conta 12321.01.02 (Edifícios); e
- Escola Superior do Ministério Público da União (UG 200.234), no montante de R\$ 27.547.129,91 (2021NS002813), referente baixa de saldos das contas 12321.06.01 (Obras em andamento), 12321.06.05 (Estudos e projetos) e 12321.07.00 (Instalações) em razão de conclusão do edifício-sede da ESMPU (RIP nº 9701.04710.500-5).

3.2.14. Nota 25 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Esse agrupamento tem por função registrar as variações patrimoniais diminutivas não classificadas em itens específicos. As despesas com indenizações e restituições representam as VPDs mais relevantes desse agrupamento, com percentual de 99,99% em 2021. A composição desse agrupamento é apresentada abaixo:

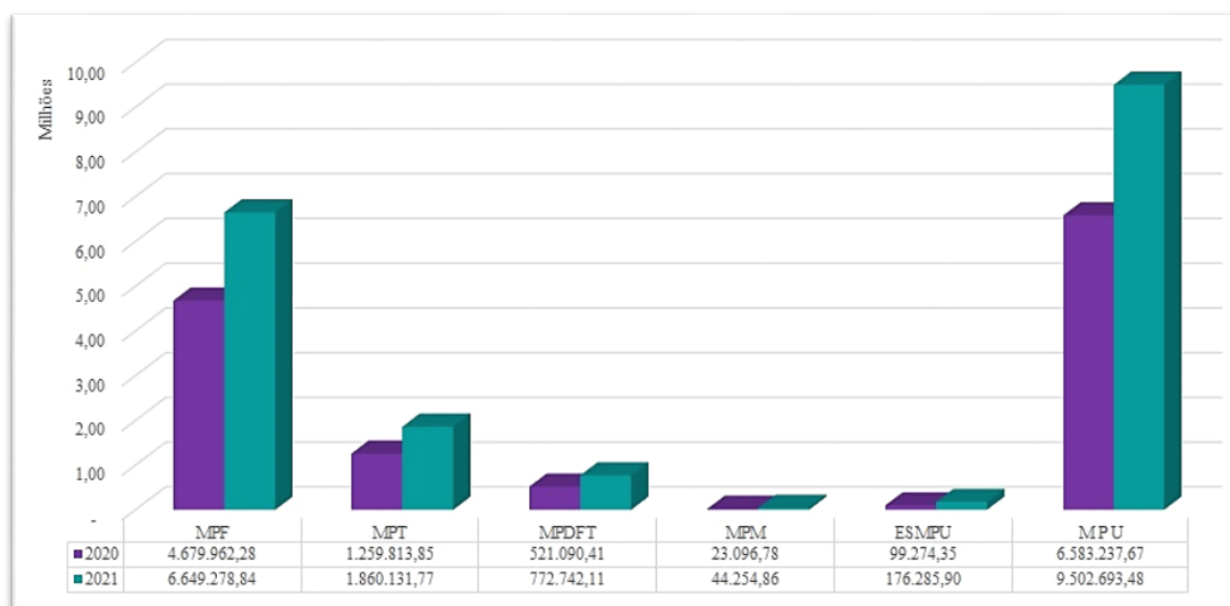


Gráfico 5 - Diversas VPDs

3.2.15. Nota 26 – Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2021 foi superavitário em R\$ 326,9 milhões, obtido pelo confronto das VPAs e VPDs, conforme evidenciado na tabela abaixo.

Tabela 25 - Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

	Em R\$		
	2021	2020	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	15.481.294.181,55	15.103.812.296,58	2,50%
Variações Patrimoniais Diminutivas	15.154.408.868,59	14.809.510.862,82	2,33%
Resultado Patrimonial do Período	326.885.312,96	294.301.433,76	11,07%

Observa-se que, no resultado patrimonial do período, houve um acréscimo expressivo quando comparado ao do exercício anterior. Em 2021, o resultado foi positivo em R\$ 326,9 milhões, que representa uma variação da ordem de R\$ 32,6 milhões em relação ao ano de 2020. Nota-se, ainda, que o aumento nas VPAs foi superior ao que ocorreu nas VPDs.

3.3 – Balanço Orçamentário

Esta demonstração contábil evidencia as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, além de discriminar a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Exercício 2021

						Em R\$
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NExp	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)	
Receitas Correntes (I)	27	1.656.346,00	1.656.346,00	3.677.975,92	2.021.629,92	
Receita Patrimonial		10.330,00	10.330,00	398.444,38	388.114,38	
Receitas de Serviços		1.596.750,00	1.596.750,00	3.214.650,55	1.617.900,55	
Outras Receitas Correntes		49.266,00	49.266,00	64.880,99	15.614,99	
Receitas de Capital (II)	27			562.287,00	562.287,00	
Alienação de Bens				562.287,00	562.287,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)						
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		1.656.346,00	1.656.346,00	4.240.262,92	2.583.916,92	
Déficit (V)				7.496.385.986,28	7.496.385.986,28	
TOTAL (VI) = (IV + V)		1.656.346,00	1.656.346,00	7.500.626.249,20	7.498.969.903,20	

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NExp	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VII)	28	7.264.392.688,00	7.346.884.255,00	7.322.008.710,04	7.270.638.193,14	7.268.543.293,41	24.875.544,96
Pessoal e Encargos Sociais		6.090.768.297,00	6.290.217.894,00	6.265.547.315,18	6.263.773.706,83	6.263.582.591,96	24.670.578,82
Outras Despesas Correntes		1.173.624.391,00	1.056.666.361,00	1.056.461.394,86	1.006.864.486,31	1.004.960.701,45	204.966,14
Despesas de Capital (VIII)	28	256.001.894,00	180.057.858,00	178.617.539,16	133.444.490,07	133.444.490,07	1.440.318,84
Investimentos		133.297.507,00	150.004.080,00	148.565.028,22	103.391.979,13	103.391.979,13	1.439.051,78
Inversões Financeiras		122.704.387,00	30.053.778,00	30.052.510,94	30.052.510,94	30.052.510,94	1.267,06
Reserva de Contingência (IX)							0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII + VIII + IX)		7.520.394.582,00	7.526.942.113,00	7.500.626.249,20	7.404.082.683,21	7.401.987.783,48	26.315.863,80
Superávit (XI)							
TOTAL (XII) = (X + XI)		7.520.394.582,00	7.526.942.113,00	7.500.626.249,20	7.404.082.683,21	7.401.987.783,48	26.315.863,80

Execução de Restos a Pagar Não Processados

Exercício 2021

Em R\$

NExp	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	5.566.675,16	43.284.970,15	30.877.878,91	30.877.878,91	12.096.780,71	5.876.985,69
Pessoal e Encargos Sociais	719.313,71	1.187.300,15	166.807,67	166.807,67	1.577.572,62	162.233,57
Outras Despesas Correntes	4.847.361,45	42.097.670,00	30.711.071,24	30.711.071,24	10.519.208,09	5.714.752,12
Despesas de Capital	3.224.684,10	64.133.751,80	50.159.204,85	50.153.345,27	1.030.163,31	16.174.927,32
Investimentos	2.358.533,78	62.208.698,72	48.074.370,06	48.068.510,48	1.024.663,31	15.474.058,71
Inversões Financeiras	866.150,32	1.925.053,08	2.084.834,79	2.084.834,79	5.500,00	700.868,61
TOTAL	29	8.791.359,26	107.418.721,95	81.037.083,76	13.126.944,02	22.051.913,01

Execução de Restos a Pagar Processados

Exercício 2021

Em R\$

	Inscritos					Saldo (e) = (a+b-c-d)
	NExp	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	
		(a)	(b)	(c)	(d)	
Despesas Correntes		177.043,72	1.623.910,11	1.577.525,43	24.327,59	199.100,81
Pessoal e Encargos Sociais			19.579,76	19.579,76		
Outras Despesas Correntes		177.043,72	1.604.330,35	1.557.945,67	24.327,59	199.100,81
Despesas de Capital		2.259,00	1.154,71	1.154,71		2.259,00
Investimentos		2.259,00	1.154,71	1.154,71		2.259,00
Inversões Financeiras						
TOTAL	29	179.302,72	1.625.064,82	1.578.680,14	24.327,59	201.359,81

3.3.1. Nota 27 – Execução Orçamentária da Receita

As receitas orçamentárias são registradas pelo regime de arrecadação, sendo reconhecidas e contabilizadas como ingressos orçamentários no momento em que a instituição financeira recebe o recurso financeiro do contribuinte.

A LOA de 2021 estimou receitas de R\$ 1,7 milhão, mas foram efetivamente arrecadados R\$ 4,2 milhões pelo Ministério Público da União. A receita realizada teve a seguinte composição:

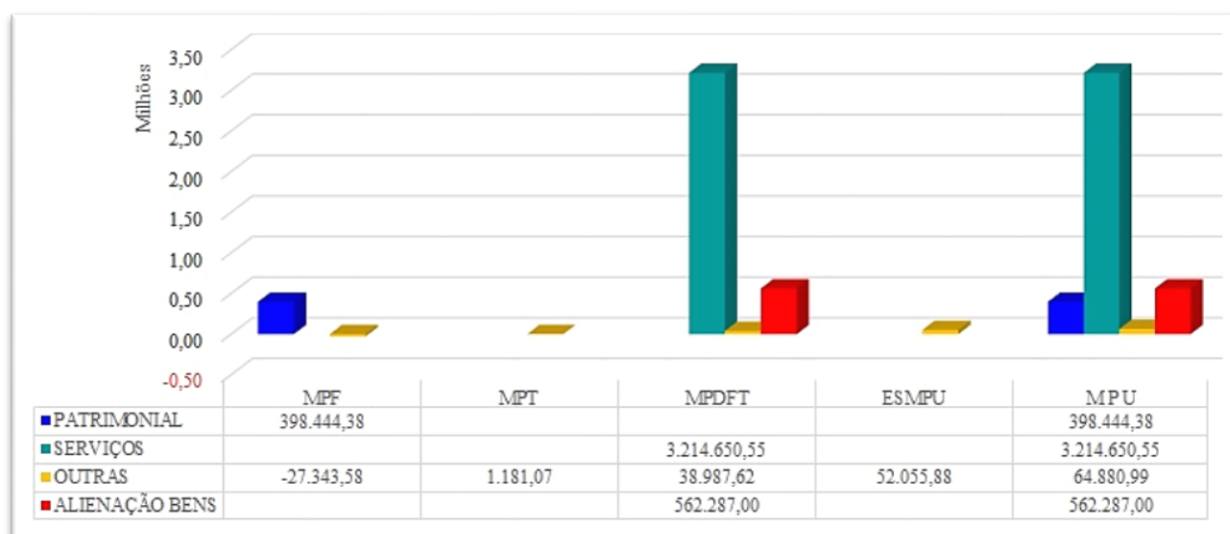


Gráfico 6 - Execução Orçamentária da Receita

3.3.2. Nota 28 – Execução Orçamentária da Despesa

As despesas orçamentárias são registradas, inicialmente, no momento da emissão do empenho, ato este que segue o Princípio da Anualidade Orçamentária. Ao longo do exercício são feitos registros relativos às etapas de liquidação e de pagamento das despesas orçamentárias.

De acordo com o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, empenho é o ato emanado da autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.

Além disso, a despesa orçamentária é considerada como do exercício se tiver passado por esse estágio inicial, mesmo que não seja possível afirmar se foi efetivamente realizada, ou seja, mesmo que não haja condições de garantir se o bem ou material adquirido foi entregue ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado.

Nessa etapa, é possível asseverar apenas que os recursos consignados na LOA estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública.

As despesas empenhadas e não executadas efetivamente (não liquidadas) são inscritas em restos a pagar não processados, os quais são objeto de Nota específica neste documento.

Feitas essas considerações, a dotação atualizada para o Ministério Público da União, no ano de 2021, alcançou o montante de R\$ 7.526.942.113,00, dos quais 99,7% foram empenhados e, por conseguinte, apenas 0,3% (R\$ 26.315.863,80) da despesa orçamentária aprovada não foi executada.

A despesa empenhada teve a seguinte composição:

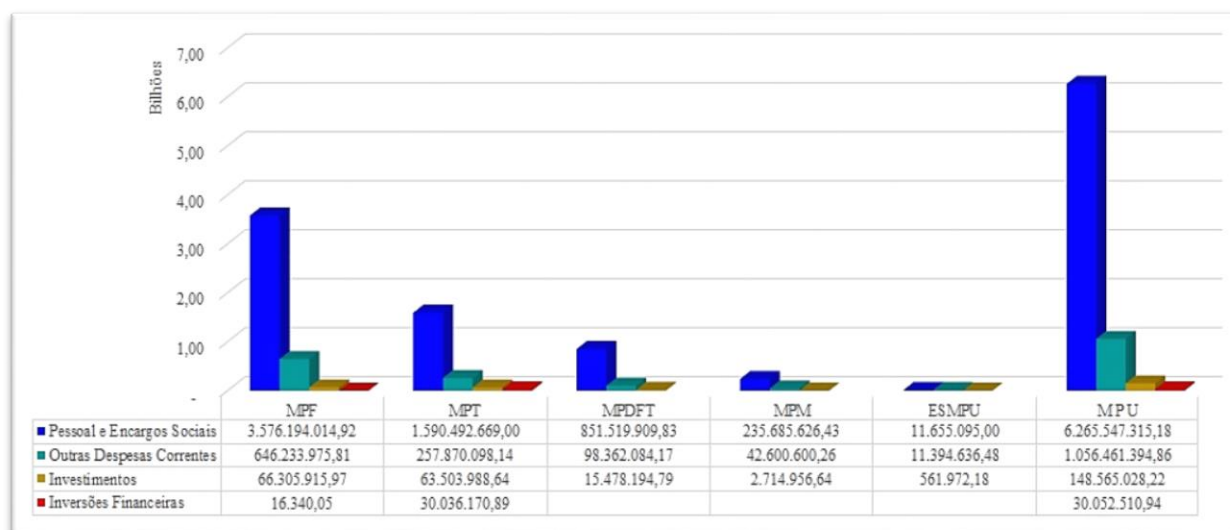


Gráfico 7 - Execução Orçamentária da Despesa

Do montante empenhado, verifica-se que R\$ 7.404.082.683,21 foram liquidados e R\$ 7.401.987.783,48 foram pagos no exercício. Isto implicou na inscrição de restos a pagar processados no valor de R\$ 2.094.899,73 e de restos a pagar não processados no valor de R\$ 96.543.565,99.

As despesas correntes – R\$ 7,32 bilhões – representam 97,6% do total das despesas empenhadas. A principal natureza das despesas correntes está registrada no grupo Pessoal e Encargos Sociais, no montante de 6,27 bilhões, representando 85,6% dos gastos correntes.

Nas despesas de capital (investimentos e inversões financeiras), a principal natureza foi investimentos, com o valor de R\$ 148,6 milhões, que representa 83,2% do total gastos de capital.

3.3.3. Nota 29 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Em consonância com o art. 36 da Lei nº 4.320/1964, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro. O conceito de restos a pagar relaciona-se aos estágios da despesa pública, representados pelo empenho, liquidação e pagamento.

O empenho constitui o primeiro estágio de comprometimento da despesa pública referente à reserva de dotação orçamentária para pagamento futuro de um produto ou serviço específico no momento da contratação.

A liquidação é o próximo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a entrega do bem e ou serviço objeto do gasto.

O pagamento é o último estágio da despesa e resulta na extinção da obrigação, após o respectivo ateste.

Considerando os estágios da despesa pública, convém evidenciar o fluxo do processo relacionado aos restos a pagar no Siafi.

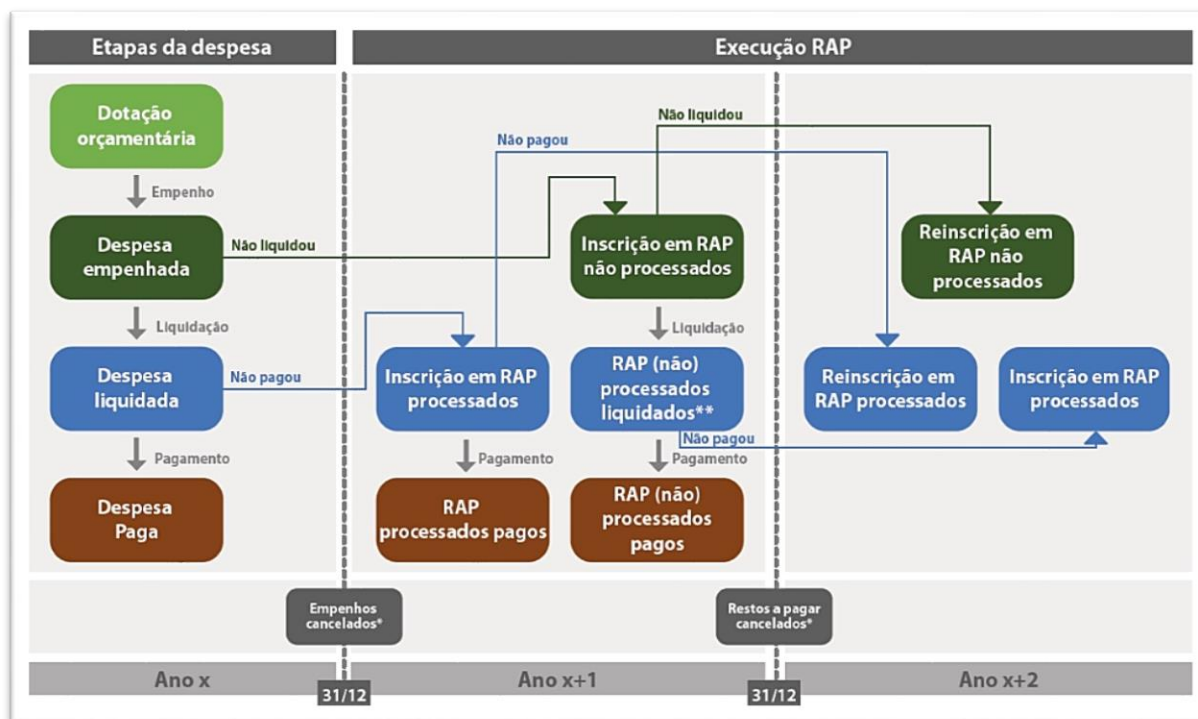


Figura 1 – Fluxograma de Restos a Pagar⁵

⁵ Elaborado pela STN, sendo utilizado no Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar inscritos para o exercício de 2020.

Portanto, quando o pagamento deixa de ser efetuado no exercício do empenho, procede-se, então, à inscrição em restos a pagar. Estes, no momento da inscrição, são classificados em dois tipos: processados e não processados. Os restos a pagar processados referem-se a despesas empenhadas e liquidadas que ainda não foram pagas no exercício. Já os restos a pagar não processados se referem a despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas, e consequentemente não pagas até o final do exercício.

O histórico da composição dos estoques de restos a pagar, nos últimos quatro exercícios, pode ser visualizado na tabela a seguir.

Tabela 26 - Histórico da Composição do Estoque de Restos a Pagar

Em R\$					
	ANO	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	2018	238.316.439,46	50.846.214,10	133.784.994,56	53.685.230,80
	2019	155.159.319,01	52.676.762,25	94.912.598,07	7.569.958,69
	2020	106.543.127,34	10.255.277,26	87.479.635,00	8.808.215,08
	2021	116.210.081,21	13.126.944,02	81.031.224,18	22.051.913,01
	2022	118.595.479,00			
TOTAL RPNP		734.824.446,02	126.905.197,63	397.208.451,81	92.115.317,58
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (II)	2018	3.549.622,10	1.071.573,03	2.340.726,28	137.322,79
	2019	8.912.317,62	21.505,76	8.778.942,30	111.869,56
	2020	4.448.325,66	24.753,29	4.244.269,65	179.302,72
	2021	1.804.367,54	24.327,59	1.578.680,14	201.359,81
	2022	2.296.259,54			
TOTAL RPP		21.010.892,46	1.142.159,67	16.942.618,37	629.854,88
RESTOS A PAGAR (III = I + II)	2018	241.866.061,56	51.917.787,13	136.125.720,84	53.822.553,59
	2019	164.071.636,63	52.698.268,01	103.691.540,37	7.681.828,25
	2020	110.991.453,00	10.280.030,55	91.723.904,65	8.987.517,80
	2021	118.014.448,75	13.151.271,61	82.609.904,32	22.253.272,82
	2022	120.891.738,54			
TOTAL RP		755.835.338,48	128.047.357,30	414.151.070,18	92.745.172,46

A respeito da execução em 2021 do estoque de Restos a Pagar Não Processados (RPNP) – R\$ 107,4 milhões (inscritos em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 8,8 milhões (em exercícios anteriores) –, verifica-se que R\$ 81 milhões foram pagos e R\$ 13,1 milhões foram cancelados durante o ano.

A composição dos restos a pagar não processados é demonstrada no gráfico abaixo:

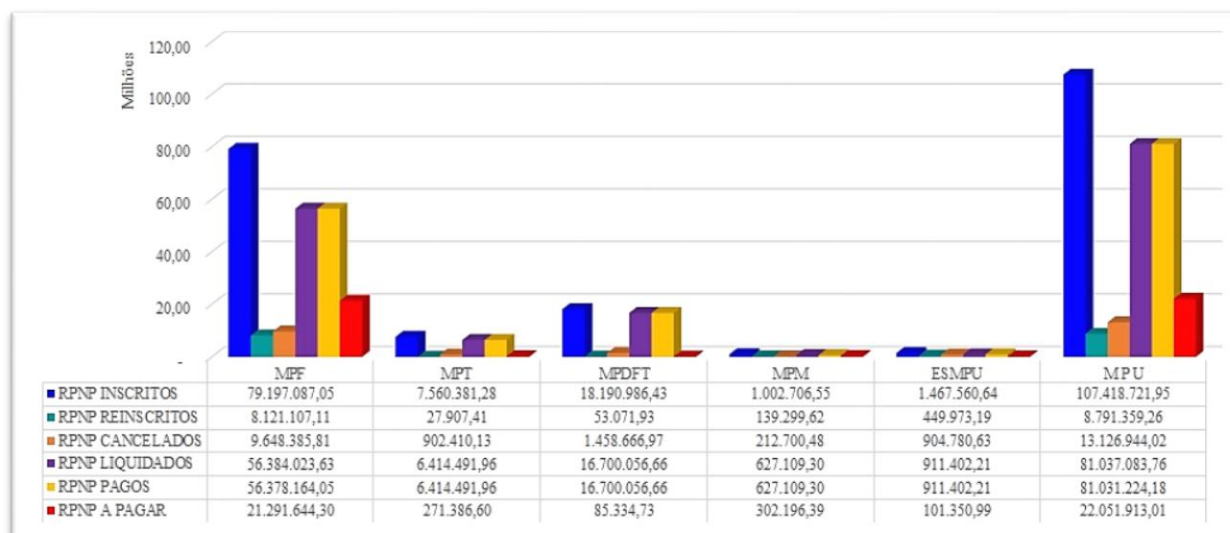


Gráfico 8 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados

A respeito dos restos a pagar não processados, observa-se que 88% dos gastos correntes foram pagos ou cancelados durante o exercício.

Em relação aos gastos de capital, os pagamentos e cancelamentos representaram 76% do montante em estoque.

A partir das informações obtidas no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro, demonstra-se, na tabela a seguir, a composição final do estoque dos restos a pagar em 2021, considerando, inclusive, aqueles que foram inscritos no final do exercício.

Tabela 27 - Estoque de Restos a Pagar em 31/12/2021

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Restos a Pagar Não Processados (RPNP)						
Saldo de Exercícios Anteriores em 31/12/2021	21.291.644,30	271.386,60	85.334,73	302.196,39	101.350,99	22.051.913,01
RPNP de 2021 Inscritos em 31/12/2021	61.202.801,86	21.440.773,78	9.352.766,63	1.770.504,52	2.776.719,20	96.543.565,99
Saldo Final de RPNP em 31/12/2021	82.494.446,16	21.712.160,38	9.438.101,36	2.072.700,91	2.878.070,19	118.595.479,00
Restos a Pagar Processados (RPP)						
Saldo de Exercícios Anteriores em 31/12/2021	157.382,83	43.976,98				201.359,81
RPP de 2021 Inscritos em 31/12/2021	1.958.827,22	133.363,44		2.709,07		2.094.899,73
Saldo Final de RPP em 31/12/2021	2.116.210,05	177.340,42		2.709,07		2.296.259,54
Estoque de Restos a Pagar	84.610.656,21	21.889.500,80	9.438.101,36	2.075.409,98	2.878.070,19	120.891.738,54

Para o ano de 2022, foi inscrito o estoque de R\$ 120,9 milhões de Restos a Pagar, representando um acréscimo de R\$ 2,9 milhões (2,4%) em relação à inscrição ocorrida para o ano de 2021 (R\$ 118 milhões).

A seguir é apresentada a composição do estoque dos restos a pagar, a partir do ano de empenho da despesa.

Tabela 28 - Estoque de Restos a Pagar - Composição - Por Ano

		Em R\$					
ESTOQUE DE RP	ANO DO EMPENHO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	M P U
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2019	1.234.638,06			98.249,22		1.332.887,28
	2020	20.057.006,24	271.386,60	85.334,73	203.947,17	101.350,99	20.719.025,73
	2021	61.202.801,86	21.440.773,78	9.352.766,63	1.770.504,52	2.776.719,20	96.543.565,99
TOTAL RPNP		82.494.446,16	21.712.160,38	9.438.101,36	2.072.700,91	2.878.070,19	118.595.479,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2012	4.566,87					4.566,87
	2013	2.581,75	3.825,20				6.406,95
	2014	964,05					964,05
	2016	6.108,46	480,00				6.588,46
	2017	11.660,59	2.259,00				13.919,59
	2018		35.886,19				35.886,19
	2019	69.198,24					69.198,24
	2020	62.302,87	1.526,59				
	2021	1.958.827,22	133.363,44		2.709,07		2.094.899,73
TOTAL RPP		2.116.210,05	177.340,42	-	2.709,07	-	2.296.259,54
TOTAL RP		84.610.656,21	21.889.500,80	9.438.101,36	2.075.409,98	2.878.070,19	120.891.738,54

3.4 – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro apresenta a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de caixa (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986) exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em conta única. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no item Caixa e Equivalentes de Caixa.

O Balanço Financeiro mostra o detalhamento da receita orçamentária em valores brutos por grupo de fonte, apresentando uma única linha com o total das deduções (restituições, retificações decorrentes de erro do contribuinte quando do recolhimento, compensações de tributo, incentivos fiscais etc.).

Além disso, esse demonstrativo segue o regime de caixa e detalha as receitas e despesas orçamentárias de acordo com grupos de fontes. Registre-se que as fontes vinculadas determinam, já no momento da arrecadação, a destinação dos recursos de acordo com vinculações legais, enquanto as fontes de recursos ordinárias podem ser utilizadas para qualquer finalidade, inclusive para complementar as despesas em áreas cuja arrecadação não seja suficiente em fontes vinculadas específicas, como a Previdência Social.

BALANÇO FINANCEIRO

Exercício 2021

Em R\$

INGRESSOS	NExp	2021	2020	DISPÊNDIOS	NExp	2021	2020
Receitas Orçamentárias (I)	30	4.240.262,92	961.982,35	Despesas Orçamentárias (VI)	31	7.500.626.249,20	7.442.426.017,26
<i>Ordinárias</i>				<i>Ordinárias</i>		6.505.395.036,98	6.492.920.789,90
<i>Vinculadas</i>		4.271.543,58	969.101,41	<i>Vinculadas</i>		995.231.212,22	949.505.227,36
Previdência Social (RPPS)				Educação			
Alienação de Bens e Direitos		562.287,00		Seguridade Social (exceto Previdência)		147.070.528,48	133.232.032,56
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.709.256,58	969.101,41	Previdência Social (RPPS)		845.312.333,41	804.264.582,07
<i>(-) Deduções da Receita Orçamentária</i>		-31.280,66	-7.119,06	Dívida Pública			405.353,79
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.848.350,33	11.603.258,94
				Outros Recursos Vinculados a Fundos			
Transferências Financeiras Recebidas (II)		15.024.259.149,53	14.779.011.061,18	Transferências Financeiras Concedidas (VII)		7.627.901.483,04	7.516.906.894,16
<i>Resultantes da Execução Orçamentária</i>		14.945.944.367,41	14.707.415.972,00	<i>Resultantes da Execução Orçamentária</i>		7.418.254.955,12	7.375.122.899,80
Cota Recebida		7.524.840.301,35	7.334.405.126,63	Repasse Concedido		681.514,36	4.705.048,03
Repasse Recebido		3.624.348,90	2.592.993,60	Sub-repasse Concedido		7.416.948.715,70	7.343.140.826,94
Sub-repasse Recebido		7.416.948.715,70	7.343.140.826,94	Cota Devolvida		93.723,60	
Sub-repasse Devolvido		531.001,46	27.277.024,83	Sub-repasse Devolvido		531.001,46	27.277.024,83
<i>Independentes da Execução Orçamentária</i>		78.314.782,12	71.595.089,18	<i>Independentes da Execução Orçamentária</i>		209.646.527,92	141.783.994,36
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		78.247.087,02	71.489.121,43	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		67.596.892,27	70.778.363,13
Demais Transferências Recebidas		4.080,00	9.940,76	Demais Transferências Concedidas		2.040,00	4.970,38
Movimentação de Saldos Patrimoniais		63.615,10	96.026,99	Movimentação de Saldos Patrimoniais		142.047.595,65	71.000.660,85
Recebimentos Extraorçamentários (III)		243.467.230,08	182.304.570,31	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		85.594.735,87	93.882.833,84
<i>Inscrição dos Restos a Pagar Processados</i>	28	2.094.899,73	1.608.209,00	<i>Pagamento dos Restos a Pagar Processados</i>	32	1.578.680,14	4.244.269,65
<i>Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados</i>	28	96.543.565,99	107.418.721,95	<i>Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados</i>	32	81.031.224,18	87.479.635,00
<i>Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados</i>		2.842.602,14	2.377.778,25	<i>Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados</i>		2.882.169,49	2.118.206,81
<i>Outros Recebimentos Extraorçamentários</i>		141.986.162,22	70.899.861,11	<i>Outros Pagamentos Extraorçamentários</i>		102.662,06	40.722,38
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		4.221,67	197,63	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		2.607,07	9.449,19
Arrecadação de Outra Unidade		141.981.940,55	70.899.663,48	Demais Pagamentos		100.054,99	31.273,19
Saldo do Exercício Anterior (IV)	33	363.631.992,47	454.570.123,89	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	33	421.476.166,89	363.631.992,47
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>		363.631.992,47	454.570.123,89	<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>		421.476.166,89	363.631.992,47
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		15.635.598.635,00	15.416.847.737,73	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		15.635.598.635,00	15.416.847.737,73

3.4.1. Nota 30 – Receita Orçamentária

Considerando o complexo conjunto de grupos de fontes que é utilizado pela União, optou-se pela divulgação das receitas pelos valores brutos e a divulgação das deduções e ajustes em uma única linha. Esta escolha propicia, também, a divulgação dos valores brutos arrecadados da receita orçamentária, uma vez que essas informações não estão disponíveis no Balanço Orçamentário.

Na sequência é apresentada a abertura das deduções (ou ajustes) da receita orçamentária divulgada no Balanço Financeiro. A coluna da análise vertical (AV) se refere à arrecadação líquida.

Tabela 29 - Arrecadação Bruta x Arrecadação Líquida - Por Grupos de Fontes de Recursos

				Em R\$
	Arrecadação Bruta	Deduções (ou Ajustes)	Arrecadação Líquida	AV
Ordinárias				
Vinculadas	4.271.543,58	-31.280,66	4.240.262,92	100,0%
Previdência Social (RPPS)				
Alienação de Bens e Direitos	562.287,00		562.287,00	13,3%
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.709.256,58	-31.280,66	3.677.975,92	86,7%
Recursos a Classificar				
Total das Receitas Orçamentárias	4.271.543,58	-31.280,66	4.240.262,92	100,0%

3.4.2. Nota 31 – Despesa Orçamentária

Durante o ano de 2021, a despesa orçamentária executada foi de R\$ 7,5 bilhões. Na tabela abaixo é apresentada a composição das despesas executadas por grupos de fontes de recursos.

Tabela 30 - Execução da Despesa Orçamentária - Por Grupos de Fontes de Recursos

							Em R\$
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	AV
Ordinárias	3.718.553.141,60	1.676.726.723,58	868.323.675,67	218.179.792,47	23.611.703,66	6.505.395.036,98	86,7%
Vinculadas	570.197.105,15	265.176.203,09	97.036.513,12	62.821.390,86		995.231.212,22	13,3%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	110.034.400,68	30.095.294,18	743.862,62	6.196.971,00		147.070.528,48	2,0%
Previdência Social (RPPS)	457.904.513,00	235.080.908,91	95.904.331,50	56.422.580,00		845.312.333,41	11,3%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.258.191,47		388.319,00	201.839,86		2.848.350,33	0,0%
Total das Despesas Orçamentárias	4.288.750.246,75	1.941.902.926,67	965.360.188,79	281.001.183,33	23.611.703,66	7.500.626.249,20	100,0%

Em 2021, observa-se que 86,7% dos gastos foram executados em fontes de recursos ordinárias e apenas 13,3% nas vinculadas.

Dos gastos executados em fontes de recursos vinculadas, cerca de 11,3% – R\$ 845,3 milhões – está relacionado com a previdência social (RPPS).

3.4.3. Nota 32 – Pagamento de Restos a Pagar

Nos gráficos apresentados na sequência, são detalhados os pagamentos dos restos a pagar – processados e não processados –, por grupos de natureza da despesa.

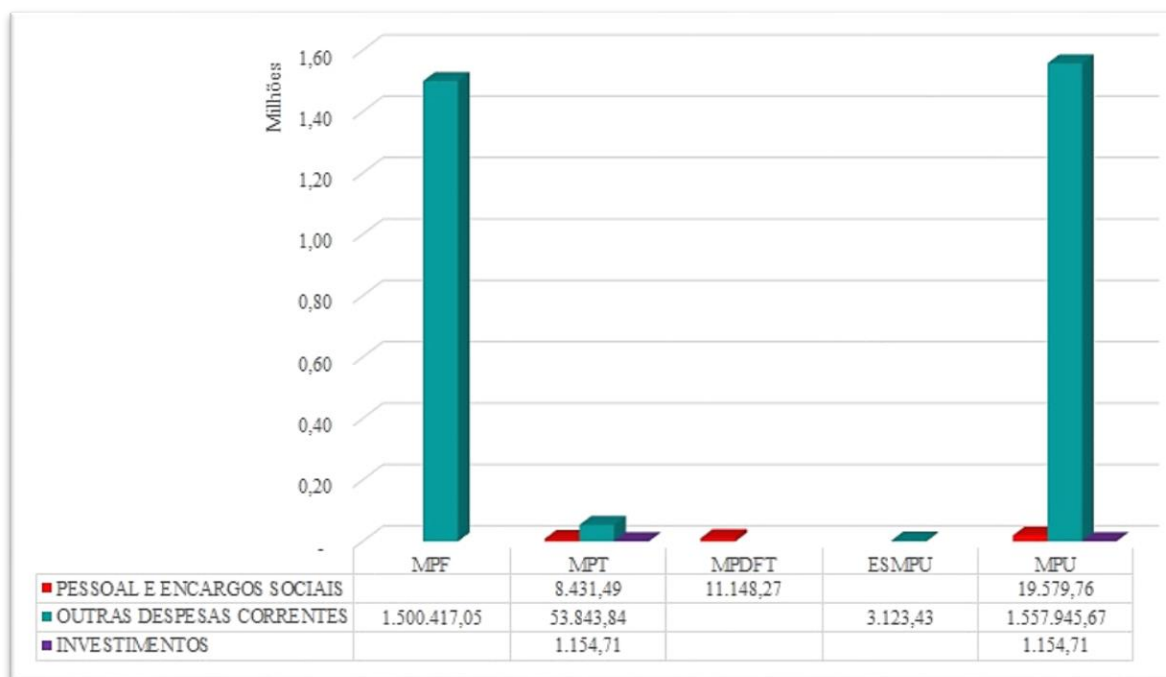


Gráfico 9 - Pagamento dos Restos a Pagar Processados

No exercício de 2021, foram pagos cerca de R\$ 1,6 milhões (87,5%) do estoque de R\$ 1,8 milhões de restos a pagar processados. Por sua vez, foram pagos R\$ 81 milhões (69,7%) do estoque de R\$ 116,2 milhões de restos a pagar não processados.

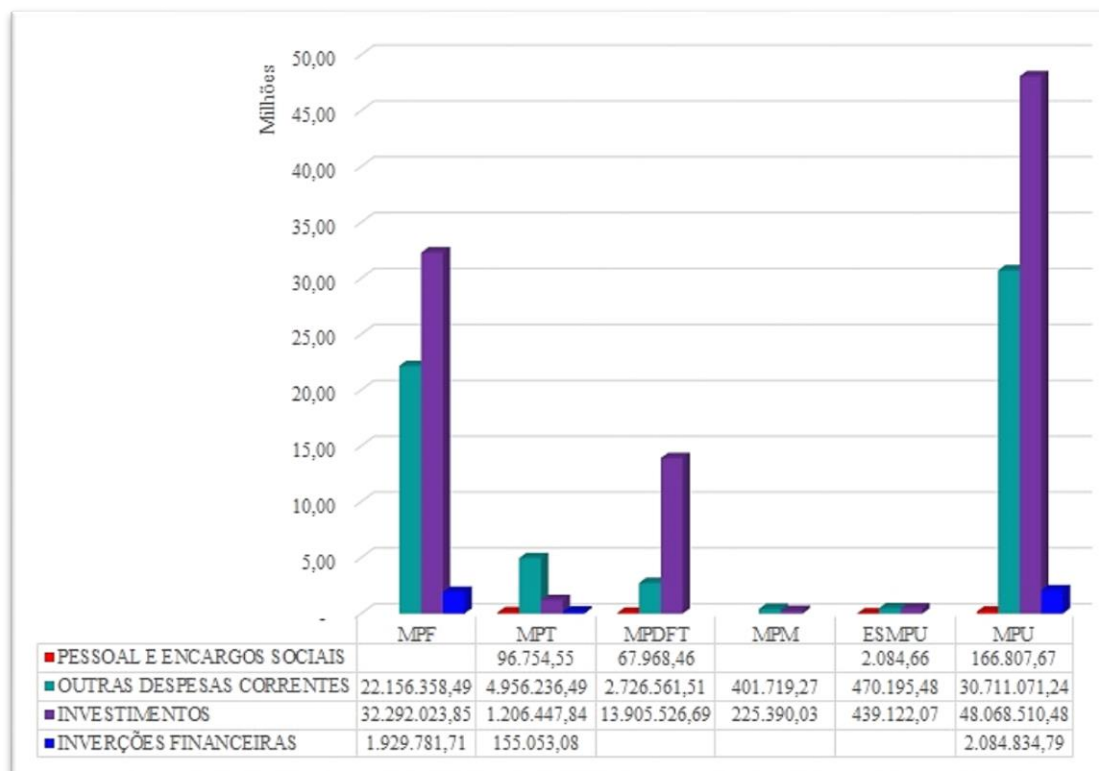


Gráfico 10 - Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados

O principal montante de pagamentos dos restos a pagar não processados ocorreu em Investimentos – R\$ 48,1 milhões – para custear, principalmente, despesas das unidades gestoras do MPU com: aquisição de *software* sob encomenda ou customizados; obras em andamento; instalações; mobiliário em geral e equipamentos de TIC (ativos de rede/computadores/servidores).

3.4.4. Nota 33 – Resultado Financeiro

Este resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho), sendo apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte (R\$ 421,5 milhões) e o saldo do exercício anterior (R\$ 363,6 milhões). O resultado financeiro do exercício foi superavitário no montante de R\$ 57,8 milhões, com sua formação detalhada na tabela apresentada na sequência.

Tabela 31 - Resultado Financeiro em 31/12/2021

	2021	2020	Em R\$ AH
Receita Orçamentária	4.240.262,92	961.982,35	340,8%
Despesa Orçamentária	-7.500.626.249,20	-7.442.426.017,26	0,8%
	-7.496.385.986,28	-7.441.464.034,91	0,7%
Transferências Financeiras Recebidas	15.024.259.149,53	14.779.011.061,18	1,7%
Transferências Financeiras Concedidas	-7.627.901.483,04	-7.516.906.894,16	1,5%
	7.396.357.666,49	7.262.104.167,02	1,8%
Recebimentos Extraorçamentários	243.467.230,08	182.304.570,31	33,5%
Pagamentos Extraorçamentários	-85.594.735,87	-93.882.833,84	-8,8%
	157.872.494,21	88.421.736,47	78,5%
Resultado Financeiro do Exercício	57.844.174,42	-90.938.131,42	-163,6%

Dentre os recebimentos extraorçamentários de 2021, destaca-se a inscrição de restos a pagar⁶ no montante de R\$ 98,6 milhões, representando 40,5% do montante total desse agrupamento. Sobre os pagamentos extraorçamentários de 2021, destaca-se o pagamento dos restos a pagar no montante de R\$ 82,6 milhões (96,5% do montante total do agrupamento).

3.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Esta demonstração permite a análise da capacidade do MPU gerar caixa e equivalente de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa identificará:

- a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis;
- e
- c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

⁶ Os restos a pagar do exercício são computados como recebimentos extraorçamentários para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme disposto no parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício 2021

Em R\$

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NExp	2021	2020
Ingressos		15.172.765.889,81	14.853.250.682,89
Receita Patrimonial		398.444,38	386.730,06
Receita de Serviços		3.214.650,55	529.750,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias		64.880,99	45.502,29
Outros Ingressos Operacionais		15.169.087.913,89	14.852.288.700,54
Desembolsos		-14.931.885.012,34	-14.718.659.852,07
Pessoal e Demais Despesas		-6.495.946.509,51	-6.415.434.509,26
Transferências Concedidas		-805.054.795,31	-784.168.968,65
Outros Desembolsos Operacionais		-7.630.883.707,52	-7.519.056.374,16
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		240.880.877,47	134.590.830,82

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	NExp	2021	2020
Ingressos		562.287,00	
Alienação de Bens		562.287,00	
Desembolsos		-183.598.990,05	-225.528.962,24
Aquisição de Ativo Não Circulante		-166.393.749,35	-221.770.151,80
Outros Desembolsos de Investimentos		-17.205.240,70	-3.758.810,44
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		-183.036.703,05	-225.528.962,24

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (III) = (I + II)	34	57.844.174,42	-90.938.131,42
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		363.631.992,47	454.570.123,89
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		421.476.166,89	363.631.992,47

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

Exercício 2021

Em R\$

	NExp	2021	2020
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
<i>Total das Transferências Recebidas</i>			
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intragovernamentais		-805.054.795,31	-784.168.968,65
<i>Total das Transferências Concedidas</i>		-805.054.795,31	-784.168.968,65

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

Exercício 2021

Em R\$

	NExp	2021	2020
Essencial à Justiça		-5.607.759.791,64	-5.541.280.313,32
Administração		-677.517,19	-736.008,10
Previdência Social		-886.681.662,47	-872.845.732,44
Educação			-202,05
Direitos da Cidadania		-200.434,18	
Ciência e Tecnologia			-107.187,02
Organização Agrária		-201.839,86	-443.083,14
Encargos Especiais		-422.657,10	-12.534,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-2.607,07	-9.449,19
<i>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</i>		-6.495.946.509,51	-6.415.434.509,26

3.5.1. Nota 34 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro e, dessa forma, alcançou o superávit de R\$ 57,8 milhões no ano de 2021, conforme tabela a seguir.

Tabela 32 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Formação

	2021	2020	Em R\$ AH
Atividades Operacionais	240.880.877,47	134.590.830,82	79,0%
Atividades de Investimentos	-183.036.703,05	-225.528.962,24	-18,8%
Total	57.844.174,42	-90.938.131,42	-163,6%

O superávit do fluxo das atividades operacionais foi o que mais influenciou com R\$ 240,9 milhões. Em comparação ao exercício anterior, verifica-se um aumento de 79% (R\$ 106,3 milhões), devido ao acréscimo nos ingressos totais (R\$ 319,5 milhões – 2,2%) ser maior que aquele ocorrido nos desembolsos totais (R\$ 213,2 milhões – 1,4%).

3.6 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Esta demonstração contábil evidencia a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período, sendo facultativa para o Ministério Público da União, conforme disposto no item 7 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido), Parte V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) do [MCASP](#).

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício 2021

ESPECIFICAÇÃO	NExp	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Em R\$ Total
Saldo Inicial do Exercício de 2020			3.312.800.027,63	3.312.800.027,63
Ajustes de Exercícios Anteriores			16.288.068,27	16.288.068,27
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos			42.580,62	42.580,62
Ajuste de Avaliação Patrimonial			-23.353,74	-23.353,74
Resultado do Exercício			294.301.433,76	294.301.433,76
Saldo Final do Exercício de 2020			3.623.408.756,54	3.623.408.756,54
Saldo Inicial do Exercício de 2021			3.623.408.756,54	3.623.408.756,54
Ajustes de Exercícios Anteriores			-168.626.158,42	-168.626.158,42
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos				
Ajuste de Avaliação Patrimonial				
Resultado do Exercício			326.885.312,96	326.885.312,96
Saldo Final do Exercício de 2021			3.781.667.911,08	3.781.667.911,08

Em 2020 o MPU encerrou o exercício com um patrimônio líquido de R\$ 3,62 bilhões. No exercício de 2021, houve um acréscimo de R\$ 158,3 milhões nesse saldo, decorrentes de lançamentos de Ajustes de Exercícios Anteriores (-R\$ 168,6 milhões) e do Resultado do Exercício (R\$ 326,9 milhões).